

4. O TIPNIS e a desconstrução do mito indígena

Ao longo dos primeiros anos de fundação do Estado Plurinacional, o Território Indígena Parque Nacional Isiboro Sécure (TIPNIS) despontou na mídia como foco de um conflito aparentemente calcado na construção de uma estrada, que ligaria San Ignacio de Moxos, no departamento de Beni, a Villa Tunari, em Cochabamba, cortando o interior do parque¹¹⁴. O projeto, impulsionado pelo governo Morales e executado em um primeiro momento pela empreiteira brasileira OAS, com fundos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), teve como justificativa inicial o fato de consistir numa demanda antiga para a região, ademais de trazer a promessa de desenvolvimento para uma localidade de difícil acesso, em especial no período de cheia dos rios. A este discurso contrapunham-se os indígenas das terras baixas, organizados sob a bandeira de sua regional CIDOB que, com o apoio de parte de aymaras e quéchuas vinculados ao Conamaq, protagonizaram a chamada “VIII Marcha Indígena em Defesa do TIPNIS”. O protesto, que previa a caminhada da capital beniana, Trinidad, a La Paz, foi interrompido em Chaparina, reprimido pelas Forças Armadas, sem que se tenha identificado até o momento os responsáveis pela ação em meio à troca de acusações e a um longo trâmite judicial.

O “massacre de Chaparina”, como ficou conhecido, ganhou ampla repercussão na sociedade boliviana e para além das fronteiras estatais. No primeiro plano, multiplicou-se o número de vozes e discursos contra o governo e a favor dos indígenas das terras baixas, incluindo-se entre seus proponentes políticos, lideranças e ex-integrantes da cúpula governamental, além da oposição da Meia Lua¹¹⁵. Composto majoritariamente por grandes latifundiários do Oriente boliviano e que historicamente assumiram postura combativa e racista em relação aos indígenas, este último grupo encontrou-se paulatinamente deslocado do poder após a ascensão do MAS e sua ramificação departamental. Também, cidadãos sem qualquer vínculo partidário mobilizaram-se em campanhas de apoio ao TIPNIS. O episódio, portanto, pareceu aglutinar uma crescente insatisfação direcionada à

¹¹⁴ Ver mapas no Anexo I e II.

administração do Estado Plurinacional, sendo capitalizado pela oposição e servindo como “detonante” para que parte da sociedade assumisse de maneira mais aberta uma postura crítica num país onde os debates políticos ocorrem de forma extremamente polarizada. Denúncias de planos governamentais para a exploração de hidrocarbonetos no parque, a demanda por expansão dos cultivos de coca e mesmo a ideia de adequação a um projeto de hegemonia brasileira sob os moldes da Iniciativa para a Integração da Infra-Estrutura Regional Sul-Americana (IIRSA) foram apontados como os motivos subjacentes à construção da estrada.

No âmbito internacional, o caso suscitou a crítica de alguns “aliados”, acadêmicos estrangeiros, e a dúvida quanto aos caminhos tomados pelo “processo de cambio”. Ao se tratar de indígenas sendo reprimidos pelo aparato policial do primeiro presidente indígena da Bolívia, Chaparina colocou em xeque as categorias supostamente estanques de colonizador e colonizado, subvertendo-as, desconstruindo-as na medida em que revela que o oprimido é passível de assumir uma postura tão opressora quanto o próprio opressor e, assim, de reproduzir a lógica colonial dominante, como ressaltou Fanon entre outros teóricos “pós-coloniais”. Neste caso, a multiplicação de discursos e de vozes ocorreu a partir de figuras do governo e de organizações de base (muitas compostas também por indígenas) que o apóiam com vistas a denegrir e deslegitimar a resistência comunitária das terras baixas, enquadrada como contrária à mudança. Nesse sentido, reforçam um vocabulário racista que estigmatiza o indígena, associando-o, por vezes, à noção de “incapaz”. Promovem, ainda, a atualização desta estrutura gramatical, atrelando antigas e novas lideranças à figura do inimigo externo – ao governo dos Estados Unidos e a organizações não-governamentais de outros países, estes enquadrados como uma ameaça à soberania boliviana – ou a atos de corrupção e de exploração do parque, área ambiental protegida por lei. Outra singularidade reflete-se no vocabulário sexista empregado abertamente em relação às mulheres indígenas das terras baixas pelo próprio presidente, o que evidenciará a relação co-constitutiva entre racismo e machismo na estrutura colonial.

¹¹⁵ A Meia Lua engloba os departamentos de Beni, Pando, Santa Cruz e Tarija, todos localizados no Oriente do país e caracterizados pela presença do *agrobusiness* e pela exploração de hidrocarbonetos.

Uma questão relevante que também emerge a partir deste episódio refere-se a um rearranjo político da base de apoio ao governo. Por um lado, observa-se um racha do Pacto de Unidade, sua pulverização; por outro, sua rearticulação, evidenciando as divisões internas às organizações. A partir do momento em que a elite do Oriente é desestruturada, os interesses distintos e latentes de cada organização que compunha o Pacto originalmente tornam-se cada vez mais aparentes e mesmo incompatíveis, em alguns casos. Nesse contexto, os desacordos internos aos grupamentos irrompem, surgindo as chamadas organizações “paralelas”, cujos dirigentes empossados conservam a aliança governamental, promovendo uma rearticulação das forças políticas e o isolamento dos grupos contrários. Além disso, o caso coloca em xeque os limites para o exercício das autonomias indígenas uma vez que princípios vinculados à auto-determinação, como o que atesta a necessidade de uma consulta previamente a qualquer atividade que afetaria estes povos, foram negados aos mesmos.

Desse modo, argumentamos aqui que os embates em torno do TIPNIS funcionam, na verdade, como “a ponta de um iceberg”: os diversos discursos proferidos por uma gama de sujeitos ocultam uma teia de relações assimétricas e disputas por poder envolvendo antigos e novos atores do cenário político boliviano. Estes, simultaneamente à desconstrução de identidades pretensamente “engessadas” pela lógica do mundo colonial maniqueísta, promovem o reforço das mesmas através do uso de uma gramática colonial racista-machista em paralelo ao exercício de práticas de repressão e deslegitimação das lideranças indígenas de oposição. O caso reflete, assim, as tensões subjacentes ao processo de descolonização, sua dinamicidade, bem como a interface entre temas que estariam num primeiro momento encobertos pelo enfoque exclusivamente no desenvolvimento, atribuído à construção da estrada. Outrossim, promove uma transposição do processo para outras esferas na medida em que a resistência indígena ao governo alcança organizações regionais, como a Coordenadora das Organizações Indígenas da Bacia Amazônica (Coica, na sigla em espanhol), e organismos como a Organização dos Estados Americanos (OEA).

4.1. A mobilização nas terras baixas e a luta pela terra/território.

Em 25 de setembro de 2011, redes de televisão bolivianas e estrangeiras divulgaram imagens de forças militares atuando na repressão aos participantes da VIII Marcha Indígena contrária à construção (já em curso) de uma estrada, que passaria pelo interior do TIPNIS. O uso excessivo de violência pelo aparato estatal, por meio do emprego de cassetetes e mordanças, gaseificação dos manifestantes, sua detenção e traslado em caminhões¹¹⁶, buscava desmobilizar a marcha após fracassadas tentativas de diálogo. Estas contaram com diversos interlocutores da parte do governo, entre eles, o ministro das Relações Exteriores quem, no dia anterior, havia sido supostamente refém de mulheres indígenas que protagonizavam o protesto, tendo sido obrigado a acompanhar a caminhada. A marcha havia sido convocada pela CIDOB, principal organização dos indígenas das terras baixas, em resposta à demanda de parte das comunidades que vivem no parque, agrupadas na chamada Sub-central TIPNIS. As organizações entendiam que a estrada poderia trazer consigo o avanço das plantações de coca na região, especialmente num contexto de redução de terras disponíveis, e a exploração de hidrocarbonetos. Ainda, viam na execução do projeto de infraestrutura uma ameaça aos direitos dos povos indígenas, dispostos em instrumentos internacionais e reconhecidos pelo Estado boliviano.

Isso porque o governo mostrava-se assertivo em construir a estrada independentemente da concordância dos moradores do parque. Já os indígenas exigiam, pelo menos desde 2007¹¹⁷, uma consulta previamente à execução do projeto em seus territórios, direito assegurado pelo Convênio 169 da Organização Internacional do Trabalho e pela Declaração dos Povos Indígenas das Nações

¹¹⁶ Ver relatório da Anistia Internacional, intitulado “Bolivia: Información para el Comité de Derechos Humanos de las Naciones Unidas: 109 periodo de sesiones del Comité de Derechos Humanos (14 de octubre – 1 de noviembre de 2013)”. Disponível em <http://www.amnesty.org/es/library/asset/AMR18/005/2013/es/543fd254-3205-4af7-b505-d471b12f9b80/amr180052013en.html>

¹¹⁷ Segundo documentos, publicados pelo CEJIS e mencionados por Marxa Chávez (2012), a Subcentral TIPNIS solicitou em 2007 e no ano seguinte informações sobre a construção da estrada à *Administradora Boliviana de Carreteras* (ABC), empresa pública responsável pelo setor, bem como ao presidente Morales. Já em 2006, o projeto governamental foi declarado prioridade nacional e departamental com a promulgação da Lei 3477. Ver Lei 3477, disponível em <http://www.gacetaoficialdebolivia.gob.bo/edicions/view/2930>

Unidas¹¹⁸. Esta última contou com algumas inovações em relação aos demais instrumentos internacionais sobre os povos indígenas, entre estas um aprimoramento das normas no que tange o direito à consulta, e foi incorporada à Constituição do Estado Plurinacional da Bolívia. O país, aliás, foi o primeiro no mundo a aprovar tal normativa e internalizá-la em seu ordenamento jurídico¹¹⁹, seguindo uma postura assumida pelo governo Morales no plano internacional e que promove a interface de dois temas distintos sob um primeiro olhar, mas que se cruzam na idéia de descolonização na América Latina no século XXI: a defesa dos povos indígenas e a crítica ao neoliberalismo, ambas através de uma retórica anti-imperialista. Isto, embora a consulta prévia conste na Carta Magna como não-vinculante, o que formalmente permite ao Estado a execução de atividades em territórios indígenas independente do resultado da mesma, revelando um paradoxo entre o discurso e a prática.

De todos os modos, a insistência governamental em levar a cabo o projeto já demonstraria em si uma violação a princípios anteriormente reconhecidos, como os de autonomia e autodeterminação. Este último prevê a não-submissão dos povos indígenas a qualquer determinação externa aos seus territórios e está estreitamente vinculado à autonomia, a saber, o autogoverno nas comunidades locais. Neste sentido, a VIII Marcha está relacionada diretamente, portanto, aos direitos à autonomia e à autodeterminação, cujo cumprimento implicaria o reconhecimento de fato pelo governo dos povos indígenas enquanto sujeitos políticos. Ainda, guarda ligação com a defesa do território indígena, cujo acesso mostrou-se historicamente problemático, tendo em vista as distintas formas de expropriação a que foram submetidos, especialmente a partir da segunda metade do século XX, com a expansão da fronteira agrícola. Dessa maneira, autonomia, autodeterminação e o acesso ao território consistem em questões que não podem ser dissociadas, estando entrelaçadas também com a concentração fundiária, tão presente na América Latina.

¹¹⁸ O Convenio 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), de 1989, consistiu no primeiro instrumento jurídico a especificar os direitos dos povos indígenas e possui força de lei. Já a Declaração dos Povos Indígenas das Nações Unidas, adotada pela Assembléia Geral em 2007, enquadra-se no âmbito das chamadas “soft laws” na medida em que o seu reconhecimento pelos Estados não se traduz na obrigatoriedade de cumprimento desta normativa. Ver “El derecho a la consulta y al consentimiento previo, libre e informado”, CAOI (2012).

¹¹⁹ Ver Oyarzún (2010), “La Declaración de Naciones Unidas sobre Derechos de los Pueblos Indígenas y sus implicancias para América Latina”.

Vale lembrarmos que desde a colônia, o território habitado pelos indígenas foi sendo sistematicamente reduzido, algo que também se observou de maneira contínua ao longo do período republicano. No caso das terras baixas bolivianas além da presença da Igreja Católica por meio da formação das missões, também as áreas destinadas à agropecuária e à extração da borracha constituíram fatores que restringiram cada vez mais o espaço disponível a estes atores. A atividade extrativista, em particular, espelhava as relações coloniais mesmo após a independência, período em que o rentável comércio da casca da quina foi dando lugar paulatinamente à exploração da borracha. Para a manutenção desta empresa, os seringalistas promoviam a caça aos indígenas, incidindo na própria dinâmica de deslocamento dos últimos, os quais passaram a buscar regiões distintas das habitadas e, em alguns casos, envolvendo tensões com os missionários católicos. A este respeito, fossem movidos por uma questão moral/civilizatória ou pelo intuito simplesmente de utilizar a mão-de-obra local, a tensão entre missionários e seringalistas encerrava uma disputa por poder na região, que envolvia não apenas a posse de terras, mas a incidência da Igreja nas relações sociais e junto aos comerciantes e latifundiários. Como ressalta García Jordán:

“Estes setores [...], por vezes em conivência com as autoridades departamentais, advogaram pelo desaparecimento do sistema missioneiro e a transformação da missão em benefício cural – a secularização – com o que a mediação missioneira desaparecia, permitindo aos empresários agropecuários e comerciantes um tratamento direto com as populações indígenas, e por fim, fixar sua contratação como mão-de-obra [...] Esta pressão secularizadora [...] se manifestou ao longo dos anos 60 e 70; de igual forma se apresentou nos territórios do Noroeste, como consequência da captação de mão-de-obra com destino às atividades extrativistas, primeiro a casca de quina e depois a goma[...]. Ocorreu na missão de San Buenaventura – ao norte de La Paz – onde, segundo a autoridade missioneira Rafael Sans, religioso do colégio de La Paz, estava em vias de desaparecer como consequência da captação de braços indígenas por empresários da quina e seringalistas que, através da dívida, transformavam-nos em escravos” (García Jordán, 2001, Apud. Córdoba, 2012)

A tutela dos grupos indígenas representava, portanto, um capital, cujo monopólio era reivindicado por missionários e por latifundiários. Tal dinâmica refletiu um sistema no qual o político e o religioso, atravessados pelas relações econômicas, ora se reforçavam, ora competiam com vistas à dominação. Em ambos os casos, e em momentos distintos de constituição da região, os grupos indígenas pertencentes a diversas etnias foram desestruturados econômica, social

e culturalmente. Como salienta Dussel (1993), a colonização envolveu não apenas a violência física, o domínio dos corpos, como também o subjugo da mente; consistiu em um processo no qual tanto a forma mais crua de exercício do poder quanto a mais sutil atuaram de maneira co-constitutiva na tentativa de promover a alienação do “outro”, sua coisificação e, assim, sua conquista. Neste sentido, a formação do mundo colonial significou, em primeira e última instância, o despojo de modos de vida e de visões de mundo do “outro”, uma experiência avassaladora que perpassou âmbitos distintos da esfera da vida: material, espiritual, epistemológico, ontológico.

Nas terras altas, aymaras e quéchuas continuavam sob o sistema de *pongueaje*, prestando serviços compulsórios aos fazendeiros. Devemos lembrar que na Bolívia, ainda que as instituições coloniais tivessem sido formalmente abolidas quando da independência¹²⁰, práticas como a do *pongueaje* só alcançaram o seu fim a partir da Revolução de 52. A reforma agrária, efetuada ao longo da revolução, teve seu ponto de inflexão no altiplano com a restituição de terras e seu parcelamento, promovendo assim a conversão de indígenas em *campesinos*. Ainda, incentivou a formação de sindicatos agrários que, atrelados à estrutura estatal, inseriam-se em uma política de modernização do país para a qual a identidade de camponês espelhava uma tentativa de “superar o atraso” atribuído à figura do indígena e, por conseguinte, ao interior como o lugar próprio deste ator. Neste processo, a produção comunal e as instituições políticas tradicionais dos *ayllus* eram substituídas ou subsumidas à lógica modernizadora do sindicalismo e à estreita relação de seus líderes com os governantes, sacramentada no Pacto Militar-Camponês, mencionado no capítulo anterior. Procurava-se, assim, inserir o indígena na construção do nacional, homogeneizando identidades distintas, diluindo-as na categoria de camponeses e, em última instância, na de bolivianos, todos unidos sob o mito da mestiçagem.

Outra medida adotada à época refere-se à colonização dirigida pelo Estado de parte da população de aymaras e quéchuas às terras baixas, o que contribuía para diminuir a pressão por terras férteis bem como a concentração populacional na parte andina. O decreto 3464, que estabeleceu as regras para a reforma agrária a partir de 1953, destinava em especial as zonas tropicais e subtropicais como

¹²⁰ Ver o segundo capítulo desta tese.

aquelas disponíveis para a colonização, processo que se intensificou a partir dos anos 60, com a criação do Instituto Nacional de Colonização (INC). Entre as zonas tropicais, a região do Chapare, em Cochabamba, respondeu não apenas à colonização dirigida, como também aos movimentos de migração espontâneos, principalmente a partir dos anos 70 e 80, com o fechamento das minas, a forte seca no altiplano e a crise econômica. Ao longo deste período, a coca assumiu posição privilegiada entre os cultivos locais, transformando-se no grande produto de comercialização e que permitia aos camponeses locais/cocaleiros maior renda comparativamente a outros produtos, como frutas, arroz, mandioca etc., utilizados em maior medida para a subsistência. Além de proporcionar um máximo de 4 colheitas ao ano, a demanda pela folha de coca era garantida pelo ávido mercado internacional do narcotráfico em contraposição aos mal-sucedidos projetos de cultivos alternativos, como mencionado previamente¹²¹.

Neste processo, os colonizadores foram paulatinamente participando da expansão da fronteira agrícola, penetrando por vezes em espaços habitados por outros grupos étnicos, acirrando a questão da disputa por terra/território entre os próprios indígenas-originários, ao passo que as grandes propriedades dos latifundiários permaneciam intocadas. Organizaram-se em sindicatos que, agrupados na Confederação Sindical dos Colonizadores da Bolívia (CSCB), contaram com a experiência camponesa do altiplano assim como a dos mineradores, cujo setor esteve tradicionalmente vinculado à COB. Ao longo de sua existência, a CSCB teve na demanda por terra e pelo estabelecimento de infraestrutura uma constante, tendo em vista o abandono experimentado por muitos colonos incluídos nos processos de colonização dirigida, a corrupção na emissão de títulos agrários, e mesmo a repressão exercida pelo Estado em meio à ruptura do Pacto Militar-Camponês¹²². No caso do Chapare, os colonizadores irão se reunir nas Seis Federações de Produtores de Coca as quais, embora vinculadas em sua maioria à CSCB, assumirão postura mais independente em relação à mesma e

¹²¹ Ver Delgado & Gusmão (2007), “Erradicação forçada, desenvolvimento alternativo e movimentos cocaleiros: uma comparação das políticas de combate às drogas no Peru e na Bolívia”.

¹²² A crise entre governo e camponeses irrompe com a decisão da administração do general Barrientos de instituir o Imposto Único Agropecuário, que atingia a todos os proprietários de terras, inclusive o pequeno produtor. A partir de então, uma série de protestos de camponeses emerge no país, inclusive nos governos seguintes, tendo seu ápice na repressão das forças do Estado em 1974, em Cochabamba, no episódio conhecido como o Massacre do Vale. Ver Rivera (2003), “Oprimidos pero no vencidos”.

um papel destacado na vida política boliviana ao longo dos anos 90 e 2000. Durante este período, os cocaleiros serão os protagonistas dos enfrentamentos com o Estado se comparados ao restante dos colonizadores, envolvendo-se em temas para além das políticas de erradicação dos cultivos de coca¹²³.

Nas terras baixas, além da colonização dirigida, o governo promoveu a dotação de grandes extensões de terras no Oriente a fazendeiros, em especial pecuaristas, a partir da segunda metade do século XX. Se a modernização era vista como desejável no altiplano, onde aymaras e quéchuas permaneciam com o cultivo da terra, mais necessária seria, então, nas regiões habitadas por povos indígenas nômades, que tinham na caça e na coleta a base de sua subsistência. Assim, o decreto determina não apenas que “os silvícolas dos planos tropicais e subtropicais, que se encontrem em estado selvagem e tenham uma organização primitiva, permaneçam sob a proteção do Estado” (art.129), como também atribui aos camponeses e núcleos de redução a “incorporação dos silvícolas à vida nacional” de modo a os converter em “agricultores independentes” (art130). Neste sentido, o documento reflete e ratifica a noção modernizadora e progressista que equipara o par dicotômico civilizado-atrasado ao sedentário-nômade, de acordo com o qual os grupos indígenas das terras baixas localizam-se no estágio mais elementar do desenvolvimento humano. Não por acaso, os relatos da construção de uma “história pátria” associaram a existência de grandes civilizações indígenas no período pré-colonial àquelas localizadas nos Andes, México ou Meso-América, excluindo-se os grupos amazônicos, por exemplo. Este discurso, calcado na divisão racista da sociedade colonial e, portanto, na noção de superioridade do (ex) colonizador e da sociedade crioula-mestiça, será encontrado não apenas no âmbito da estrutura estatal. Também aqueles considerados inferiores de acordo a esta lógica – os grupos indígenas-originários-camponeses – irão incorporá-lo, reproduzindo uma falsa hierarquia atribuída aos mesmos de acordo com os critérios civilizatórios. Disto trataremos mais adiante.

Ainda sobre o papel do Estado nas terras baixas, o uso da idéia de um “vazio demográfico” consistiu num fator importante para a ocupação espacial, a despeito da existência de indígenas e populações tradicionais nesta região. Segundo argumentam autores como Orozco et alli, isto indicaria um preconceito

¹²³ Ver capítulo anterior.

geográfico que teria permanecido até a década de 80. Entretanto, esta mudança de imagem em si é passível de questionamento, uma vez que a lógica modernizadora e colonial que norteou a expressão faz-se presente no vocabulário utilizado pelos atores políticos ainda na administração Morales. Neste sentido, o preconceito geográfico mostra-se como mais uma roupagem do racismo colonial: o racismo geográfico, apontado por De La Cadena. Seguindo o mesmo pensamento que norteou a ocupação da Amazônia brasileira durante a ditadura militar, os distintos governos bolivianos em décadas posteriores redobram os esforços para a ocupação do Oriente, promovendo a dotação de terras às empresas madeireiras e ao agronegócio. Assim como no Brasil, tais medidas beneficiaram não apenas a empresários locais, mas a muitos estrangeiros, entre estes brasileiros e americanos que se dirigiam ao país andino (ao departamento de Santa Cruz de la Sierra, principalmente) e adquiriam suas propriedades, em grande parte, mediante a grilagem. É fato que a concessão de terras a estrangeiros era praticada já a partir da Reforma Agrária de 53, inclusive de maneira gratuita. Contudo, será nos anos posteriores, especialmente na década de 90, que a especulação fundiária e sua concentração sofrerão um grande impulso, a partir da expansão dos cultivos da soja no cenário regional (Urioste, 2011). Dessa maneira, o desenvolvimento deste processo no Brasil e na Argentina, por exemplo, acarretará na procura por novas terras em países vizinhos, entre eles a Bolívia.

Os indígenas das terras baixas, junto a outros grupos, viam-se assim em franco processo de constrangimento e perda de seus territórios, contexto que impulsiona a formação da CIDOB, em 1982, e a organização da I Marcha Indígena pelo Território e a Dignidade, em 1990. Considerada sem precedentes, a mobilização contou com a adesão de um grande número de manifestantes e sua realização ocorria de maneira surpreendente, dadas as dificuldades organizacionais entre os grupos da região. É a partir deste momento que a defesa do território, enquanto um espaço que encerra o modo de vida comunitário, emerge como uma demanda capaz de unir e criar uma identificação mínima entre os indígenas das terras baixas, pertencentes a mais de 30 etnias distintas¹²⁴. E como o modo de vida indígena-comunitário implica a atuação das autoridades

¹²⁴ A CIDOB representa oficialmente 34 povos indígenas concentrados nas terras baixas bolivianas, entre estes, chiquitanos, guarayos, guaranis, ayoreos, yuracaré etc. Ver http://www.cidob-bo.org/index.php?option=com_content&task=view&id=12&Itemid=41

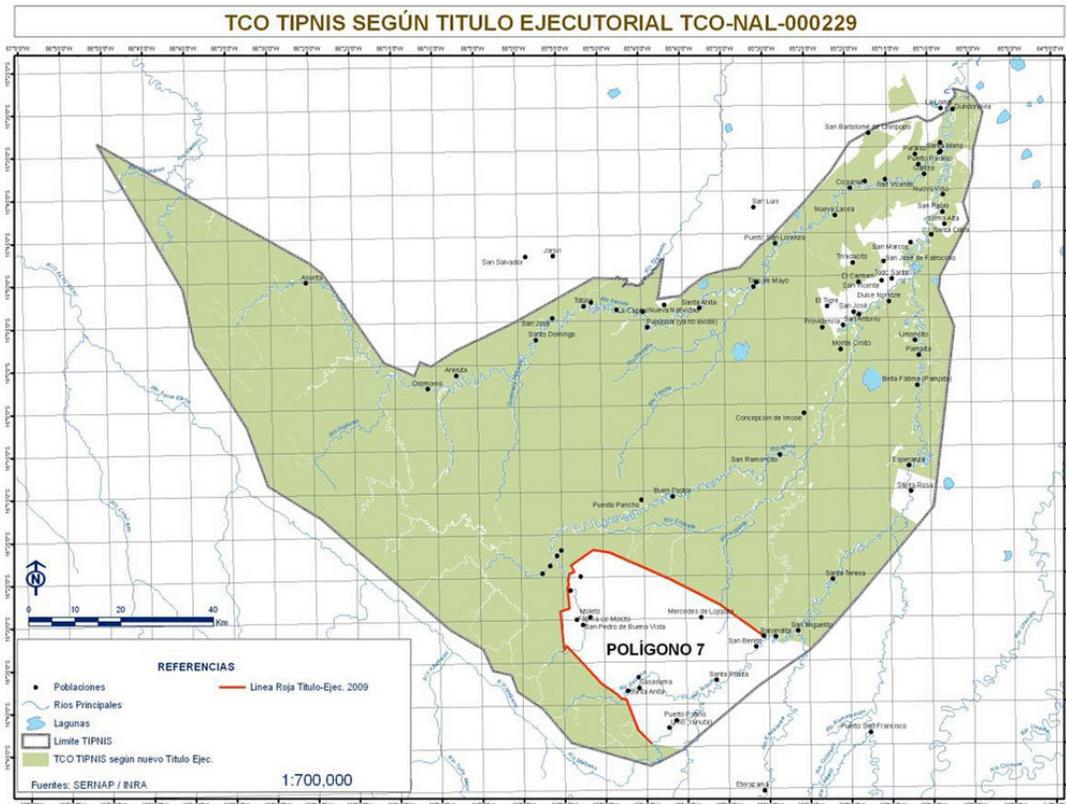
políticas tradicionais, o discurso de defesa do território revela também uma demanda pelo reconhecimento da autonomia indígena: “O Estado boliviano tem que reconhecer nosso direito a contar com território, a ter nossas próprias organizações naturais, e a eleger nossas autoridades tradicionais” (Orozco et alli, 2006, p.69). Esta bandeira, calcada no binômio território-autonomia indígena, permanecerá na agenda dos povos indígenas, desdobrando-se na idéia de terra/território-autonomia/autodeterminação, e sendo defendida por outros grupos, como seus homólogos do altiplano agrupados no Conamaq. Nesse caso as demandas mesclam-se com o objetivo de reconstituição do Kollasuyu e seus componentes (*ayllus*, *markas* e *suyus*)¹²⁵. Ademais, foi incorporada na Constituição do Estado Plurinacional sob a expressão Território Indígena-Originário-Camponês (TIOC), o que reflete a disputa entre indígenas-originários (comunários) e aqueles apontados como camponeses pois, embora muitos destes compartilhem com os demais a questão étnico-originária, possuem na propriedade privada a base de sua produção e relação com a terra.

Este contexto se reflete nas relações em torno do TIPNIS, envolvendo ora uma tensão com cocaleiros, ora com os agroextrativistas. Criado em 1965 por meio da Lei 07401, o Parque foi reconhecido também como território indígena após pressões nacionais exercidas pela I Marcha e internacionais, na medida em que o contexto externo favorecia a proteção das florestas tropicais¹²⁶. Habitado por yuracarés, mojeños-trinitários e t`simanes, estes grupos organizaram-se na Subcentral TIPNIS, criada em 1987, diante das pressões sobre a área. Em meados nos anos 90, o parque inseriu-se na denominação de Terras Comunitárias de Origem (TCO), tendo sido constantemente alvo de avassalamentos e exploração de atores externos à sua circunscrição ao longo de sua existência. Por um lado, a expansão da fronteira pelo agronegócio e o mercado extrativista florestal envolveu

¹²⁵ Conforme indica o site da organização, o Conamaq representa 16 *suyus*, federações compostas por um conjunto de *markas*. Estas últimas também são conhecidas como “povoados” e consistem, por sua vez, num agrupamento de *ayllus*. Ver <http://www.conamaqkullasuyu.org/que-es-el-conamaq>

¹²⁶ A preocupação internacional em preservar as florestas tropicais, muitas destas enquadradas então como “pulmões do mundo”, tornou-se mais presente a partir dos anos 80, período em que as questões ambientais alcançaram um destaque significativo no âmbito das Nações Unidas, como nos revela a publicação do Relatório Brundtland, em 1987. Entretanto, já nas décadas anteriores o tema ocupava a agenda internacional, com a realização da Conferência da Biosfera, em 1968, e a de Estocolmo, em 1972, constituindo um “pano de fundo” para o desenrolar da tensão Norte-Sul. Ver Delgado (2006), “Seringueiros: da luta pela terra à proteção da floresta tropical”. Dissertação de mestrado.

a ação da elite de Beni, favorecida pelo Estado. Por outro, este mesmo processo foi protagonizado pela ampliação dos cultivos de coca que, nas décadas seguintes ao decreto, adentravam o TIPNIS pelo município de Villa Tunari, no Chapare, constituindo pequenos povoados no chamado Polígono 7 (área de colonização do Parque). Devido a estas iniciativas, que acirravam as tensões entre indígenas e colonizadores, acordou-se com as autoridades governamentais a criação da chamada Linha Vermelha, área que se situa na fronteira entre o Polígono 7 e a TCO TIPNIS, como observamos no mapa 1.



Mapa 1. Fonte: Servicio General de Areas Protegidas (Sernap).

Esta medida, contudo, não impediu a penetração de colonizadores no TIPNIS, assim como a sua transformação em parque florestal também não vedou a ação dos madeireiros. Em ambos os casos, a desestruturação de grupos indígenas foi uma constante, sendo empregadas estratégias diversas para a exploração da área. Tais estratégias refletem de maneira geral a relação entre indígenas das terras baixas e os demais grupos que ingressam em seus territórios de maneira indiscriminada com vistas à extração de matéria-prima para

exportação, ou mesmo sua transformação em terras para pastagem ou cultivo. Fishermann, ao tratar deste relacionamento, ressalta que:

“O *abilito* é uma forma de fazer dependente por dívida a outra pessoa [...] Os colonos estão penetrando nas TCOs, como no caso do território dos Mosestén, e tiram simplesmente os troncos de madeira. Os comunários vêm como os troncos passam pelo rio Beni, são de seu território. Os colonos se casam com as mulheres indígenas para entrar nas TCOs e o que fazem primeiro é abrir uma loja. Depois, começam a contratar gente. Então, tomam 5 hectares na comunidade. Há comunidades que se desestruturaram totalmente, outras se defendem, estabelecem 2 anos de prova [...] Há este conflito entre 2 pensamentos que são incompatíveis...” (Entrevista de Bernd Fischermann. La Paz, fevereiro/2013)

O trecho anterior é bastante ilustrativo sobre as mudanças ocorridas a partir das conexões entre os atores envolvidos, implicando em última instância na desarticulação do modo de vida comunitário. No que tange o TIPNIS, o contato cada vez mais presente com empresários e cocaleiros repercutiu diretamente na relação dos indígenas com a terra e o território, refletindo-se em sua posição dentro de uma visão utilitária que relega a natureza como fornecedora de insumos. Além da declaração de Fischermann, muitos são os relatos que atestam os enganos que os levam a uma dívida eterna junto ao madeireiro ou ao colono, por exemplo, consistindo numa renovação do sistema de aviamento, amplamente empregado durante o ciclo da borracha. Também, ocorrências de venda ilegal de madeira, entre outras situações¹²⁷. No caso específico dos cocaleiros/colonizadores do Polígono 7, as transformações decorrentes a partir de sua penetração no Parque aparecem como cruciais, pois expressam um cenário que não se enquadra *a priori* na relação entre opressor e oprimido/ colonizador e colonizado. Neste caso, as relações envolvem aqueles historicamente marginalizados. Na medida em que se desenrolam entre grupos indígenas das terras baixas e aqueles oriundos do altiplano, esta característica poderia sugerir uma correspondência no que se refere à visão de mundo pautada pelo fator comunitário e espiritual, ou seja, por uma

¹²⁷ Sobre a manutenção de distintas formas de exploração de indígenas em distintas partes do país, Stavenhagen afirma que: “Subsistem em algumas regiões da Bolívia comunidades indígenas sujeitas a diversas formas de servidão ou trabalho forçado, entendendo-se como tais o serviço pessoal gratuito e o trabalho obrigatório sob coação ou fraude, incluindo formas de dependência e servidão por dívidas. É o caso de trabalhadores indígenas (majoritariamente quéchuas e guaranis) nas safras de açúcar do departamento de Santa Cruz, a servidão por dívida na extração da castanha no norte amazônico e as denominadas “comunidades cativas” guaranis nas fazendas da região do Chaco”. Ver Relatório Especial sobre Direitos Humanos na Bolívia relativo ao ano de 2007, p.19. A/HRC/9.11/Add.2

aproximação entre cosmologias. De fato, os cocaleiros conservaram algumas tradições compatíveis com a vivência nos *ayllus*, como a manutenção dos fortes laços com a comunidade, a prática do *ayni*, as oferendas à Pachamama, entre outros. Contudo, a conservação de tais costumes não se traduzirá necessariamente no modo comunário-andino de se encarar sua relação com a natureza. Isto porque estarão fundamentados numa ligação com a terra, e não com o território, apontando para um pensamento muito mais próximo ao do camponês, por exemplo. Spedding, ao pesquisar as comunidades cocaleiras dos Yungas, no departamento de La Paz, e no Chapare, afirma o seguinte:

“Em nosso estudo ‘Kawsachun coca’ concluímos que as decisões e cálculos da economia camponesa cocaleira não se apartam em um nível abstrato dos princípios da economia capitalista [...]. Ainda que as decisões ou opções particulares respondam a critérios que não seriam aceitáveis para uma empresa capitalista, consideramos que isto se deve ao fato de a unidade produtiva, uma unidade doméstica camponesa, ter condicionantes distintos aos de uma empresa (os mais importantes são que mantêm a mão-de-obra básica todo o tempo, independente da produtividade de seu trabalho ou sequer trabalham, e que é mais fácil obter mão-de-obra que capital. Não se trata do caso deste pensamento econômico se basear em princípios inteiramente distintos.

Dito de outra maneira, consideramos que se um empresário capitalista se encontrasse na situação econômica de um camponês, agiria da mesma forma que este. [...]” (2010, p.2)

A observação de Spedding insere-se em uma interpretação cujo objetivo seria questionar a diferença essencialmente atribuída pelos proponentes do Suma Qamaña ao modo de vida do *ayllu*, crítica também tecida por outros autores que enfatizam a presença de uma concepção voltada para o mercado nas relações de produção de comunidades andinas. Para o nosso argumento, salientamos que as conclusões de Spedding vinculam-se fundamentalmente à sua experiência junto aos grupos cocaleiros e que, no que tange o Chapare, a própria autora admite uma mudança de visão entre os mesmos a partir dos anos 70, quando o cultivo da folha passa a ter na acumulação o seu fim¹²⁸. Neste contexto, entendemos que o loteamento das terras como propriedade individual para cada família e a acumulação, associados à permanência de determinadas práticas comunais, enfatizada em alguns relatos¹²⁹, estabelecem uma relação híbrida e ambígua destes

¹²⁸ Ver Spedding (2004), “Kawsachun coca. Economía campesina cocalera en los Yungas y el Chapare”.

¹²⁹ Em Orozco e alli, Rodolfo Bazos, então vereador em Villa Tunari, afirma: “Chegou o primeiro grupo e começou a se organizar, medir corretamente para criar um lote para um, outro lote corresponderia a você, assim, e esse foi o primeiro grupo, posteriormente já chegavam familiares que necessitavam [...] Eu, por exemplo, sou filho de um mineiro de Oruro... Todo mundo chegava

colonizadores: de um lado, estas características os aproximam de uma cultura indígena andina; de outro, constituem diferenças decisivas em relação aos que permaneceram nos *ayllus* e, em especial, aos comunários das terras baixas, posto que a relação dos cocaleiros com a terra obedecerá à lógica do mercado, algo cada vez mais presente entre as jovens gerações¹³⁰. E, para nós, será essa última característica, ligada à expansão da fronteira agrícola, o que embasará a disputa entre cocaleiros e os comunários do TIPNIS, especificamente. Primeiro, porque as práticas dos últimos, calcadas não apenas na agricultura como também na caça e coleta e no caráter nômade de alguns grupos, apontam para uma dinâmica social própria dos povos amazônicos, apesar do sedentarismo de alguns. Mas para além das diferenças culturais atribuídas a ambos os grupos e a heterogeneidade presente entre cada ator coletivo, entendemos que este conflito identitário insere-se num contexto mais amplo. Neste sentido, a expansão dos cultivos de coca expõe a vulnerabilidade destes povos indígenas à perda paulatina de território em um processo de colonização constante, revelando disputas de poder entre atores cujas posições caracterizavam-se inicialmente como desprivilegiadas e mais horizontais no âmbito nacional. Aqui, a degradação ambiental atribuída à ampliação da fronteira agrícola em direção à floresta representa também a privatização do espaço e o estabelecimento de um “outro” modo de vida e visão de mundo “modernos”.

No que tange o hibridismo e o essencialmente diferente, temas em discussão no caso em tela, consideramos que as práticas culturais, comunais ou não, estão em constante reconstrução, reinvenção; não admitem seu congelamento no tempo e no espaço, em especial a partir do contato com o outro, o que significa afirmar a existência do hibridismo em alguma medida. E é este ponto que nos permitirá entender as mudanças percebidas por alguns teóricos nas gerações mais recentes de cocaleiros e que espelharia uma busca por “modernizar-se”, algo assistido de maneira geral entre os jovens, como observamos no capítulo anterior,

para trabalhar assim, concertadamente, como numa espécie de *ayni* primeiro, ou seja, entre todos para um e depois, no dia seguinte, para outro... depois cada um se dedica à sua parcela [...]” (2006, p.73)

¹³⁰ A este respeito, Rafael Bautista salientou em conversa informal que os filhos dos cocaleiros, os quais lutaram pela bandeira da descolonização e da folha de coca como algo sagrado, respondem ao lucro acima de tudo; a venda da coca sustentaria um comportamento capitalista-burguês desta geração com vistas à aquisição de bens de consumo “da moda”, como carros importados etc.

e possivelmente entre grupos indígenas das terras baixas¹³¹. Isto, ainda que a disputa seja enquadrada discursivamente por muitos habitantes do TIPNIS como um conflito identitário calcado no essencialmente distinto entre cocaleiros e indígenas comunários das terras baixas. A questão, portanto, não se resume à comprovação ou refutação do essencialmente distinto entre as partes. As diferenças existem e continuarão a existir entre os grupos e se tornarão mais evidentes quanto mais categorizadas. As próprias particularidades descritas por nós entre camponeses/colonizadores/cocaleiros e comunários, e mesmo entre aqueles do altiplano e das terras baixas, evidenciam a diferença, que se mescla e extrapola a questão cosmológica. Entretanto, não se trata aqui de entendê-la enquanto uma barreira intransponível, ou algo que encobre a heterogeneidade presente entre os integrantes de uma mesma coletividade. Neste caso, trata-se, sobretudo, de analisarmos como esta diferença é enquadrada, articulada e percebida pelos atores na gramática do conflito, considerando-se as mudanças contextuais.

4.1.1. A gramática em torno do TIPNIS I: a relação entre grupos indígenas e cocaleiros.

A pesquisa de campo realizada por Orozco et alli nos fornece um mapeamento da difícil convivência entre camponeses/colonizadores/cocaleiros e os habitantes “originários” do TIPNIS. Sabe-se que a relação entre os primeiros e os indígenas das terras baixas foi atravessada em diversos momentos por uma tensão em torno do acesso à terra e da defesa do território, ainda que este quadro não tenha impedido uma cooperação no âmbito interpessoal e mesmo a formação de alianças circunstanciais entre as organizações, como veremos adiante. Neste sentido, a análise de Bautista Durán sobre a trajetória de grupos de colonizadores nos revela o desencontro entre atores a partir de visões de mundo distintas, como sugere o depoimento de uma das integrantes das organizações de mulheres em Chimoré, Cochabamba: “[...] ao perguntar à organização de mulheres sobre o processo histórico de assentamentos humanos, uma delas respondeu: `Quando

¹³¹ Orozco et alli afirmam que “Contrariamente a uma defesa do “tradicional” ou de um “purismo cultural” [...] os indígenas salientam que, igual às sociedades urbanas, têm expectativas de progresso material” (2006, p.97). Embora os autores não aclarem em que consiste este “progresso material”, nem se suas expectativas poderiam ser enquadradas de fato como parte de uma visão progressista, o relevante aqui é entender que estes atores também estão sujeitos a transformações, assim como seus homólogos no altiplano.

meus pais vieram, encontraram selvagens, nós mesmas discriminamos as mulheres chimanes, yuquis, mas eram selvagens sempre, não se vestiam, não trabalhavam e não entendiam nada, viviam como animais`”(2012; p.51). Esta mesma noção civilizatória, que equipara os indígenas das terras baixas a selvagens e animais e reflete a ideia de “negação da coetaneidade” de Fabian, é também reproduzida nas palavras do então dirigente da Federação de Yucumo. Embora seu relato não demonstre de maneira tão aberta as ideias de civilidade e de superioridade dos colonos/colonizadores quanto o trecho acima, estas estão atreladas ao trabalho e à acumulação enquanto expressões daquilo que muitos migrantes às terras baixas identificam como “progresso”:

“Não sabíamos o que comer [...], eu que vim do campo seco, o que vou saber sobre a pesca, então aí começamos a observar os “amigos”, estes cavineños não sabem falar conosco, sabem nos ver trabalhando, sabem debochar quando fracassávamos, mas também nos ensinaram qual fruta do monte pode-se comer, [...] como se pesca [...] eles não são invejosos, não querem trabalhar, mas não têm inveja, não querem fazer dinheiro. Assim podíamos viver, pensávamos, mas não, parece que aqueles que vieram do altiplano queremos simplesmente acumular” (2012; p.51)

Este mesmo pensamento é encontrado na área de colonização do TIPNIS, especialmente em conversas informais, momentos nos quais, segundo Orozco et alli, muitos cocaleiros afirmam que os indígenas “não irão progredir se passarem todo o dia numa rede” (2006, p. 95). Interessante notar como a mesma lógica que sustenta a frase acima será evocada quando dos embates em torno da construção da estrada, sendo reproduzidas também entre os originários altiplânicos, alguns dos quais vivem em comunidades. Neste sentido, expressões que em si não apresentariam isoladamente uma carga negativa, como “eles são muito diferentes de nós”, adquirem uma dose de ideologização, estando perpassadas por disputas políticas e posicionamentos distintos sobre os rumos do “proceso de cambio”. De todos os modos, a percepções como estas se contrapõem, no caso do TIPNIS, os moradores mais antigos do parque, especificamente aqueles vinculados à Subcentral de mesmo nome. Aqui, a multiplicação de vozes contribuirá para reforçar os estereótipos em relação não apenas aos indígenas, como também aos colonizadores. Ainda, marcará a disputa de posição entre ambos, em meio à formação de novas organizações dentro e fora da TCO e as alterações no modo de

vida entre os grupos que convivem com a colonização, bem como a busca pela legitimidade de suas respectivas demandas.

Neste sentido, a construção e reprodução desta “economia de estereótipos”, para recuperar o termo utilizado por Doty, consistem em práticas que encontram sua explicação e possibilidade de existência na manutenção de um colonialismo interno, ainda que se argumente em favor de um momento descolonial. Sabemos que a mudança de normas não se traduz necessariamente em seu cumprimento, assim como sabemos que a descolonização, enquanto um processo, obedece a idas e vindas. Esta evoca uma dinâmica ainda permeada pela lógica colonial que, internalizada pelos próprios grupos envolvidos no contexto, será expressa nos momentos resistência e de ofensivas a mesma, ambos englobando desde a realização de marchas ao emprego de uma gramática discursiva, e que se complementam. Neste contexto, a classificação aparece como um mecanismo crucial para a diferenciação entre os atores, por vezes marcada pelo binômio superioridade-inferioridade, como visto anteriormente, ou pelo caráter de denúncia tanto em relação ao abandono por parte do Estado, à pressão do latifúndio ou à expansão dos colonizadores/cocaleiros. No caso dos últimos, os indígenas habitantes do TIPNIS irão enquadrá-los, por vezes, como “inquilinos”, evocando pensamento semelhante ao de Felipe Quispe em direção ao colonizador branco-mestiço, ainda que adotem um tom mais próximo ao da tolerância e da convivência com a diferença:

“No momento não existem conflitos fortes, claro, no início havia um conflito forte, esse temor da coca podia ter tido suscetibilidades tanto da parte deles quanto da nossa, mas o objetivo não era esse senão limpar simplesmente a linha vermelha para saber quantos quilômetros quadrados eles têm e quantos nós temos, é a única intenção que tínhamos... quando se traça a linha vermelha, todos os que extrapolaram o limite devem retroceder aos seus sindicatos e isso é o que está acontecendo agora... ou seja, há um acordo entre eles para respeitar as duas culturas distintas, que os temos como inquilinos” (Entrevista de Rubén Yuco, In: OROZCO ET ALLI, 2006, p.88)

Também:

“Não podem avançar porque nós somos os donos daqui, somos nativos os tataravós, antigos, não?” (Entrevista de Modesto Noza, In: OROZCO ET ALLI, 2006, p.88)

Estabelece-se, assim, a fronteira física e sua sobreposição à identitária, marcando quem pertence de fato àquele território, como um espaço-tempo

marcado por determinada cosmologia, e não simplesmente à terra. Devemos ressaltar que, não obstante ao crescimento de práticas sedentárias em detrimento da caça entre os indígenas do TIPNIS e a percepção de muitos destes sobre os benefícios associados ao “progresso”, mas que na realidade constituem direitos econômicos, sociais e civis que nunca foram cumpridos pelo Estado (como uma “melhoria de vida”, a promoção da educação, saúde), estas questões não significaram para os indígenas a dissolução das diferenças. Pelo contrário, o fato de algumas famílias cultivarem alimentos diversos, ou mesmo a coca, não os equipara aos cocaleiros na medida em que estes consistem em colonizadores, “estrangeiros”, com costumes e hábitos distintos aos “habitantes originais” do Parque:

“A coca prejudica quando não há controle, porque os colonos cultivam muito, preferem ter dinheiro para comprar seu carro, eles têm essa idéia. Nós, os indígenas, não temos a ambição de possuir muito dinheiro... meio *cato*¹³², menos de meio *cato* os trinitários cultivam; mas os *collas* que se metem aqui na comunidade, eles sim têm” (Cayo Cueva, in: OROZCO ET ALLI, 2006; p.95)

E

“O monte o destruíram [os colonizadores], percebe? Aqui nós cuidamos deste monte, claro que possuímos cultivos, mas nós não destruímos, não fazemos como eles... quase não se vê o monte... eles possuem pastagens, querem transformar o monte em pasto... já cercaram tudo e não nos deixam entrar em seus lotes. Se entramos ali, eles querem que compremos palmas, paus; mas eles também são inquilinos, digamos, porque não são daqui, são de Potosí, Oruro, Cochabamba, de Sucre, eles vieram, nós não vamos ao lugar deles. Tudo bem que trabalhem, mas que nos proibam... para mim isso está mal, como vão querer cobrar se eles não são donos desta terra” (Modesto Noza, in: OROZCO ET ALLI, 2006, p.101)

Os trechos acima nos revelam que sobreposto ao econômico e ao identitário está também o fator regional, já que os *collas* (ou *kollas*) são aqueles que vêm do altiplano, ao contrário dos *cambas*, originários das terras baixas. Ainda, a ênfase na distinção cultural e regional como complementárias parece nos revelar ora uma disputa por terras entre cocaleiros e os grupos indígenas que aderiram ao plantio da coca, ora entre os primeiros e os comunários que, independente de uma possível adesão à coca, viram seu espaço de circulação e vivência limitado pela chegada dos colonos. De todos os modos, através de uma retórica que salienta o potencial conservacionista e originário como uma característica que os legitima e os afirma diante dos “outros”, os dirigentes

¹³² Um *cato* de coca equivale a uma superfície de 1600 metros quadrados.

indígenas atentam para uma renovação do processo de redução de seus territórios/“cercamento dos campos” uma vez que a floresta é transformada em pasto e loteada. Sua mercantilização marcaria, assim, os limites em relação a uma lógica indígena-comunitária que vê a natureza como parte indissociável de uma perspectiva mais holística, junto ao cultural, social e espiritual e à questão espaço-temporal, algo mencionado por outras lideranças e endossado por muitos teóricos¹³³. Ainda, a utilização da palavra *colla* será relevante para compreendermos as alianças traçadas entre os grupos indígenas ligados à Subcentral TIPNIS e à CIDOB e a oposição da Meia Lua em um momento posterior, a partir da segunda gestão Morales (primeira sob as normas do Estado Plurinacional).

Outro ponto importante consiste no fato de este vocabulário assistido entre indígenas, colonizadores e cocaleiros refletir igualmente uma rearticulação das forças dentro do Parque. Aqui, atentamos para a formação de novas organizações, especialmente o Conselho Indígena do Sul (Conisur, na sigla em espanhol), que agrupará parte das famílias indígenas localizadas junto à Linha Vermelha e, portanto, em constante contato com os colonizadores. Ao contrário da Subcentral TIPNIS, que manteve postura crítica à expansão dos cultivos de coca e próxima ao departamento de Beni, a nova organização adotará relação estreita com o município de Villa Tunari, governado pelo MAS e com forte presença das Federações de Coca do Chapare. De acordo com Orozco et alli, a criação do Conisur “se enquadra na percepção de que as comunidades do sul do Parque estão excluídas das decisões que são tomadas em Trinidad, no nível dos dirigentes” (2006; 68). Este isolamento geográfico e a marginalização do processo decisório referente à Subcentral TIPNIS consistem em fatores cruciais para compreendermos os desacordos entre suas lideranças, os quais envolverão a construção de uma estrada em benefício daqueles que habitam o sul do Parque. Este contexto, pautado por assimetrias e rearranjos de poder, guarda relação, assim, com o avanço dos cultivos de coca no Parque, sendo reivindicado por distintos autores para explicar posteriormente a adesão de determinados grupos indígenas ao projeto governamental e sua oposição à CIDOB e à Subcentral. Ao

¹³³ Ver trecho da entrevista de Celso Padilla sobre o Viver Bem no capítulo anterior. Ver também entrevista de Bernd Fischermann.

se deter sobre a colonização na área e a alteração na dinâmica local, Sarela Paz assevera que

“[...] o crescimento da dinâmica agrícola da folha de coca alcançou as comunidades indígenas que se encontram na fronteira, convivendo com a colonização. Aproximadamente 10 comunidades indígenas se encontram dentro do Polígono 7 e outras 9 comunidades indígenas recebem a influência da economia da folha de coca, seja porque produzem folha de coca ou porque cultivam folha de coca para os colonizadores [...]. As famílias indígenas que começaram a produzir coca se encontram sindicalizadas, são membros dos sindicatos cocaleiros. Essas comunidades hoje em dia protestam para que [...] se construa a estrada” (2012, p. 28).

Entretanto, os conflitos entre colonizadores, cocaleiros e indígenas nas terras baixas por vezes cedeu lugar à construção de uma estratégia comum frente à ofensiva do agronegócio e à opressão racista das elites locais. A este respeito, devemos asseverar que se a tensão entre os primeiros insere-se num histórico anterior a própria constituição do MAS enquanto uma força política, também a aproximação entre os mesmos não ocorre somente durante o período que se convencionou chamar de “proceso de cambio”. Entre os momentos de cooperação, vale mencionarmos a realização da II Marcha Nacional pela Terra e Território, Direitos Políticos e Desenvolvimento, em 1996. Também chamada de “Marcha do Século”¹³⁴, a mobilização resultou do somatório de forças entre a CIDOB, a CSUTCB, Bartolinas Sisa e a CSCB, cujos integrantes partiriam de diversas regiões no país rumo a La Paz com vistas a negociar um conjunto de demandas, entre estas, a titulação dos territórios indígenas e de terras para os camponeses e colonizadores, assim como a mudança na Lei INRA a qual, criada durante o primeiro governo de Sánchez de Lozada, incluía o agro (ou áreas passíveis de se tornarem “agrárias” e, portanto, mercadoria) no seio das reformas neoliberais adotadas no país. Dessa maneira, o projeto de privatização do espaço e sua “colonização” atingia nova ofensiva, assim como se renovava a marginalização dos atores já excluídos do processo político formal.

Neste sentido, a questão do acesso à terra e ao território, como se apresentava até então, contrapunha de modo geral os interesses dos grandes latifundiários aos das minorias – que, na verdade, são maiorias compostas por indígenas comunários e pequenos produtores, muitos destes colonizadores e

¹³⁴ Ver García Linera (2004), “Sociología de los movimientos sociales en Bolivia”.

cocaleiros. Isto embora essa divisão dicotômica, tão evocada nos discursos dos marginalizados e enquadrada pela diferença entre “colonizadores/criollos/brancos-mestiços” e “colonizados/indígenas/camponeses” tenha se tornado cada vez mais complexa e fragmentada. No que tange a última cadeia de identidades/identificações, as diferenças afirmadas e construídas pelos atores em questão funcionarão como a demarcação de uma fronteira, necessária para a defesa de seus interesses e seu posicionamento no cenário local e nacional. E como toda fronteira é caracterizada também por sua porosidade, as diferenças são, por vezes, transpassadas e colocadas em xeque entre os mesmos, dando lugar a alianças e aproximações, como nos demonstram as relações dentro do TIPNIS e a realização da Marcha do Século. O mesmo vale para a relação entre a elite e os indígenas das terras baixas, como observaremos adiante. Por enquanto, isso nos é suficiente para ressaltarmos que as tensões com a elite não significarão a supressão dos desacordos entre os indígenas e entre estes e os camponeses/colonizadores/cocaleiros. Estes conflitos permanecerão latentes e voltarão a eclodir com força após a promulgação da Carta Constitucional do Estado Plurinacional.

4.2. A formação do Pacto de Unidade e sua fragmentação

O empoderamento de indígenas, cocaleiros e camponeses, refletido em sua crescente presença na vida política, a exemplo da atuação decisiva que tiveram na Assembléia Constituinte, não pode ser dissociado de um longo processo de resistência. Tal processo, num horizonte mais recente, possui na execução de políticas neoliberais uma de suas molas propulsoras na medida em que, contrários a estas, aglutinaram-se atores pautados por interesses e objetivos por vezes opostos entre si. Mas também é neste contexto neoliberal que os povos indígena-originários ampliaram sua participação nos canais institucionais formais da política, elegendo-se nas municipalidades. Neste sentido, a Lei de Participação Popular, embora promovesse um multiculturalismo de Estado e, assim, uma inclusão excludente, como afirmamos em nossa discussão teórica, contribuiu para impulsionar os clamores indígenas por maior presença nas instituições. Estes clamores, atrelados a questões como a luta por terra e território, formaram a base para a articulação de alianças e de partidos políticos em torno destas bandeiras, como o MIP e o MAS, projetando estes atores para o plano nacional. No momento

em que estes logram “capturar o Estado”, proporcionando a ascensão de uma nova elite governante e a promoção de diversas reformas pela administração Morales, o polarizado cenário boliviano transforma-se em palco de uma série de enfrentamentos.

De fato, a intensificação das mobilizações nos departamentos de La Paz e Cochabamba ao longo dos governos de Sánchez de Lozada e Carlos Mesa, ampliando-se para outras localidades e englobando temas de caráter mais universal, como a defesa dos hidrocarbonetos e da água, e outros grupos, para além de indígenas, cocaleiros e *vecinos*, já refletia o estado de tensão na sociedade boliviana. As repressões do Estado – ente associado à figura do branco-mestiço como o símbolo do *criollo*, a saber, o detentor dos privilégios políticos, econômicos, sociais, paralelamente à sensação de esgotamento do modelo neoliberal e à crise de representatividade política dos partidos tradicionais – configuraram um cenário de ebulição no qual eclodiram demandas e emergiram atores, antes inferiorizados, como sujeitos políticos. No centro destas mobilizações também estão os povos indígenas das terras baixas, que se organizam em duas marchas: uma, em 2000, pela “Terra, Território e Recursos Naturais” e outra, em 2002, pela “Soberania Popular, Território e Recursos Naturais”. Nesta última, que contou também com a participação de camponeses e colonizadores, reivindicaram a realização de uma Assembléia Constituinte, idéia lançada em si pela I Marcha Indígena. Neste sentido, a vitória do MAS à Presidência e a convocatória da Constituinte – com o objetivo de construir um novo pacto social capaz de sacramentar não apenas uma mudança de posições no plano político nacional mas, com isso, a presença efetiva destes atores nas instituições do Estado – pareceram refletir um cataclismo. Em diversas partes, principalmente nas regiões governadas pela oposição, indígenas e camponeses eram reprimidos pelas elites locais, identificados automaticamente como membros do partido governista.

Assim, em Chuquisaca, que em fins do século XIX foi uma das protagonistas da Guerra Federal, tendo suas tropas derrotadas pelo levantamento indígena liderado por Pablo Zárate Willka¹³⁵, grupos liderados pela prefeita da

¹³⁵ Entre os episódios mais conhecidos e violentos da Guerra Federal, destaca-se a “Batalha de Ayo Ayo”, quando o exercito de Willka invade a igreja onde se refugiavam as forças conservadoras remanescentes, vindas de Sucre. O conflito resultou na morte de 27 universitários

capital e por outras figuras proeminentes, como o presidente da Câmara de Vereadores e o Reitor da Universidade San Francisco Xavier, encurralavam pequenos produtores indígenas, ameaçando linchá-los e queimá-los vivos. Pertencentes a diversas organizações que formavam a base de apoio ao governo e alguns vindos de departamentos distintos, tais atores encontravam-se em Sucre para a entrega de ambulâncias pelo presidente Morales aos municípios de Chuquisaca. Durante o conflito, conhecido como Jornada de 24 de Maio de 2008, os grupos contrários ao MAS e que exigiam o reconhecimento de Sucre como capital constitucional da Bolívia, evocavam um repúdio ao partido governista e aos camponeses indígenas, percebidos como seus representantes: “¡Cholas, masistas, índias!”, “¡Chola masista de merda!”, “Viva Sucre!”, “Nem com policiais, nem com militares, nem com camponeses, caralho! Nós somos sucrenses, nunca ninguém irá nos derrotar, caralho!”. Somadas a estas questões, destaca-se também a defesa das autonomias departamentais, reivindicada amplamente pelas elites locais do Oriente boliviano, e retratada na ocasião na frase “Viva Chuquisaca autonômica!” e no entoar do hino chuquisaqueño¹³⁶.

Mas esta sobreposição entre as categorias de indígena, camponês e masista, e sua interface com a questão autonômica não se detêm aos eventos de Chuquisaca. No ano anterior, em Cochabamba, assistiu-se a diversas formas de repressão aos camponeses, cocaleiros e indígenas pelas ruas da cidade, resultando em centenas de feridos. Membros das Federações de Cocaleiros do Trópico de Cochabamba, Central Trabalhadora Departamental, Bartolinas, Federação Sindical Única de Trabalhadores Camponeses de Cochabamba (vinculada à CSUTCB), entre outros, encontravam-se na cidade para exigir a renúncia do então governador Manfred Reyes Villa. Este pretendia convocar uma consulta departamental sobre o projeto de autonomias, desconhecendo, assim, os resultados do referendun nacional ocorrido no ano anterior e que atestavam a rejeição popular¹³⁷. Assim como em Sucre, o uso deliberado e sistemático da violência partiu de elites locais que, contando com a ativa participação do movimento

sucreses. Com o fim da guerra, os bolivianos tiveram a capital administrativa transferida de Sucre para La Paz, permanecendo a primeira como capital constitucional.

¹³⁶ Ver documentário “Humillados y Ofendidos”, Horacio Álvarez, César Brie e Pablo Brie, 2008.

¹³⁷ O referendun, realizado em 02 de julho de 2006, junto à eleição para constituintes, atestou que 57,5% dos 84,51% de bolivianos que compareceram às urnas eram contrários ao projeto de autonomia departamental. Em Cochabamba, a rejeição foi de 63% dos cerca de 85% de votantes. Ver site do Tribunal Supremo Eleitoral http://www.oep.org.bo/centro_doc/separatas.aspx

estudantil, ecoavam frases que já reproduziam uma estrutura gramatical racista e reacionária. Nesse sentido, os Jovens pela Democracia mobilizavam seus integrantes e, junto a outros membros do Comitê Cívico de Cochabamba e da sociedade civil, muniram-se de paus, pedras, bastões para expulsar os grupos que apoiavam o governo central. A partir do contingente de cochabambinos que compunha o grupo de apoio a Reyes Villa, eram pronunciadas frases como “Vão embora, é a nossa casa”, “Que estes índios de merda vão para casa governar onde devem, que voltem ao seu povoado... Como deixam que eles venham e invadam a nossa casa? [...]”, “Os signos do racismo eu vejo da parte do governo, que nos chama de q`aras, de burgueses a quem tem algum dinheiro a mais”, “Devemos matar os masistas”¹³⁸.

As declarações em destaque revelam a percepção sobre o indígena como um inimigo, um *outsider* de fato, uma vez que o localiza fora tanto das instituições quanto geograficamente. A ele, caberia permanecer no campo, fornecendo insumos para os cidadãos e, por conseguinte, afastado de qualquer processo decisório. Neste sentido, ao refletir a subordinação do campo à cidade, a associação entre indígena e camponês tem por objetivo reforçar a segregação experimentada ao longo do período colonial e asseverada durante a república. Tal segregação, ainda que representada pela dicotomia campo-cidade, não necessariamente significa afirmar que os indígenas não atravessam o tecido urbano, ou não se situam aí também; pelo contrário, significa que, embora seu lugar preferencial seja o rural, ou melhor, o não-urbano, sua característica principal deve residir na relação servil outrora observada entre o colonizador e o colonizado, entre a elite crioula e os indígenas. Por isso, sua ida para a cidade não se traduz numa subversão das relações assimétricas de poder, no derrubar de uma fronteira erigida entre colonizadores e colonizados, pois o indígena que migra do campo permanecerá na periferia urbana, encarregando-se de trabalhos considerados “menores”¹³⁹. E, mesmo que prospere economicamente, não habitará em sua maioria (pelo menos, até aquele momento) a mesma zona tradicionalmente ocupada pelas elites. Ainda, ao incluir nesta sobreposição entre indígenas e camponeses a figura do “masista”, observamos uma atualização desta lógica

¹³⁸ Ver documentário “Democracia a Palos: Resistência desde los Valles”, Colectivo de Video Ukhumanta Pacha, 2007.

¹³⁹ Rever entrevista de Felipe Quispe no capítulo anterior.

colonial, evidenciando todo um repúdio da até então elite governante à possibilidade de que indígenas, sejam estes camponeses ou não, cocaleiros ou não, assumam as instituições políticas e a alijem das esferas do poder.

Esta mesma visão de mundo, que visa reforçar a diferença colonial, também será reproduzida em Santa Cruz de La Sierra, considerada o “berço” do projeto pelas autonomias departamentais e o epicentro econômico do país, pautado majoritariamente pela atividade agro-pecuária. Entre 2005 e 2007, a região experimentou uma onda de violência contra camponeses e indígenas que, fossem das diversas etnias das terras baixas ou aymaras e quéchuas que migraram para a capital, eram enquadrados como pertencentes ou simpatizantes do MAS. No caso em questão, membros da elite, organizados no Comitê Cívico de Santa Cruz e no Comitê Cívico Feminino de Santa Cruz, e possuindo como braços armados a União Juvenil Cruceñista e a Nación Camba¹⁴⁰, demonstravam toda a sua “civilidade” ao agredir física e verbalmente grupos e cidadãos favoráveis à mudança política no país: “foi [o projeto de Constituição] protegido pelos camponeses, que não têm discernimento”, “Eu quero lembrá-los que 148 constituintes masistas, índios ressentidos, não podem decidir por mais de 9 milhões de habitantes. Nós estamos organizados para agir, seja com soco, ideias ou a bala”¹⁴¹. As agressões multiplicavam-se no interior do departamento, envolvendo ataques a residências e a sedes de organizações camponesas e indígenas¹⁴².

É também em Santa Cruz onde se forma a chamada Junta Autonômica, composta pelos governadores da Meia Lua (região que apoiará igualmente a oposição de outros departamentos, como é o caso de Cochabamba, por exemplo), com a elaboração dos estatutos departamentais paralelamente à conclusão do projeto da Constituição Plurinacional. Reivindicada inicialmente pelos indígenas das terras baixas, devemos recordar que a busca pela autonomia vincula-se ao

¹⁴⁰ A União Juvenil Cruceñista foi criada em 1957 e consiste no braço armado do Comitê Cívico de Santa Cruz. Já a Nación Camba, ou “Movimiento Nación Camba de Liberación”, data do ano 2000 e é considerada por seus integrantes como uma organização da sociedade civil cujo objetivo seria a “soberania plena” de Santa Cruz, ou seja, sua independência em relação ao restante do país. Ver <http://nacioncamba.org/> e Núñez Reguerín et alli, disponível em <http://www.derechoshumanosbolivia.org/archivos/biblioteca/42648534-despolitizacion15-7-10.pdf>

¹⁴¹ Ver documentário “Guerreros del Arcoiris”, Cooperativa Humana, La Taguara Filmica, 2007.

¹⁴² Em dezembro de 2006, o periódico La Razón informava sobre a escalada da violência no interior do departamento. Ver: “La violencia en San Julián deja 68 heridos y provoca represalias”, “Gobierno anuncia proceso por daño a sedes indígenas” e “La violencia aqueja al este cruceño; se busca una tregua” (La Razón, 16/12/2006; 17/12/2006; 18/12/2006).

direito de autodeterminação dos povos e à demarcação e titulação de territórios indígenas em meio à expansão da fronteira agrícola. Enquadrada pelas elites como “autonomias departamentais”, a temática era descolada de seus propósitos originais: esvaziada em seu conteúdo político de resistência a uma estrutura excludente, racial e de raízes coloniais, a defesa das autonomias é capturada de forma a denotar a descentralização política e econômica e que, em sua forma mais extremada, alcançará para alguns o caráter secessionista. Neste quadro, devemos atentar também para o incremento no número de invasões a terras nos primeiros anos após a ascensão do MAS à Presidência¹⁴³, inserindo-se num momento de mobilização de atores coletivos distintos ao longo do país e espelhando uma expectativa em torno às transformações institucionais em curso. Entre as muitas diretamente relacionadas à onda de racismo que se alastrava de modo patente na sociedade boliviana, citamos a Reforma Agrária de 2006, que afetará especialmente as terras baixas.

É no contexto de luta para a realização de uma mudança na sociedade boliviana, o que naquele momento significava alcançar o Poder Executivo e elaborar uma Carta que refletisse sua pluralidade, que as organizações indígenas, originárias, camponesas, cocaleiras e de colonizadores decidem formar, em 2004, o Pacto de Unidade. Isto, embora estes mesmos grupos já tivessem atuado em aliança contra a ofensiva neoliberal, como mencionamos no caso da Marcha do Século e da IV Marcha. A idéia era sacramentar a união das principais forças político-sociais da base de apoio — que, organizadas sob as lideranças da CIDOB, CSUTCB, Bartolinas, Conamaq e CSCB e suas afiliadas – deveriam, sempre que acionadas, respaldar umas às outras. Como, principalmente depois da vitória do MAS à Presidência, a resistência implicava o conflito violento da oposição com tais organizações, a criação do Pacto de Unidade refletiu uma forma de se assegurar um contingente de mobilização constante de suporte ao governo e à refundação do Estado, atuando diretamente na Constituinte. Aqui, precisamos salientar que, embora as organizações do Pacto apoiassem o governo, isto não significou uma ligação incondicional ou automática das indígenas, que

¹⁴³ Segundo consta na base de dados do CEDIB, este incremento no número de conflitos esteve relacionado no caso do agro majoritariamente a invasões a propriedades em Santa Cruz. Já entre 2008 e 2012, as invasões ocorrem principalmente em terras comunitárias e áreas ocupadas por camponeses, colonizadores e agroindustriais. A centro de documentação também destaca a

conservaram sua independência e, ao contrário da CSUTCB, Bartolinas e CSCB, não se vincularam ao MAS. No âmbito da Constituinte, o Pacto elabora o projeto da nova Constituição em meio a diversas tentativas da oposição de obstaculizar o processo. Naquele período, pois, as divergências entre as distintas categorias são negociadas paralelamente à sustentação de uma aliança em defesa da mudança e, desse modo, contra as ofensivas da antiga elite. No entanto, este cenário começa a ser posto em xeque a partir da segunda administração Morales, principalmente, na medida em que os desacordos entre o governo e os grupos indígena-origenários comunários tornam-se mais frequentes. Vejamos o relato a seguir:

“A primeira gestão do presidente era interessante. Ele reunia o governo, com todos os seus ministros, e nós reuníamos os movimentos sociais. Havia uma sintonia em sua primeira gestão, nos colocávamos de acordo: “Ministro, porque não solucionamos isso?” Era assim, avançávamos. Mas isso mudou na segunda gestão. [...] Veja, destas 5 organizações [que compunham o Pacto], estas que são do partido reclamaram ao presidente que alguns de seus ministros não se portavam bem, conforme o “proceso de cambio”, e que pediam mudança, por favor. Os primeiros a reclamar foram os camponeses de La Paz. E o presidente, em vez de se sentar e discutir internamente, sai à luz pública, diante dos meios de comunicação, e diz: “Perco tempo de me reunir com os camponeses. E os indígenas do Oriente são uns chantagistas”. Por favor, os indígenas do Oriente. Nos territórios indígenas em que já temos constituição, se há que se fazer um megaprojeto de recursos extrativistas ou outro de interesse do Estado, deve-se fazer uma consulta prévia, livre, informada, de boa fé, informar os prós e os contras desse projeto. E uma vez possuindo os estudos de impactos ambientais, sociais, há uma compensação. O presidente, em vez de entender isso, nos chamou de chantagistas. [...] Os mais poderosos são os ministros, mais que os movimentos sociais, mais que um deputado, mais que um senador. [...] Eles são os que governam o país. Nós, os povos indígenas, nos desencantamos... Em sua primeira gestão fizemos uma marcha porque não queriam eliminar as TCOs, pelo menos conseguimos consolidar isso. Mas em 2010, quando foi reeleito, se acentuou nosso distanciamento por conta da Lei Eleitoral Transitória. Havíamos pedido uma proposta de 18 representantes na Assembléia Legislativa Plurinacional: 18 titulares e 18 suplentes. Então, cada povo se sentiria representado. Quando falamos com o presidente, ele diminuiu para 14 [...] e à medida que iam legislando, amanheceu como 11 e, depois, 7. Na vigília que fizemos aqui em La Paz, dissemos: “Caramba, o presidente jogou a custa de nossos direitos”[...] Esse foi o nosso primeiro `encontrão`, mas depois aparece a Lei Marco de Autonomia. [...] Eles queriam que a base para adquirir autonomia fosse de 5 mil habitantes. No Oriente, os povos são minoritários. Por isso, pedimos a inclusão porque, do contrário, não teríamos representação na Assembléia Plurinacional. Então aqueles que tinham menos de 5 mil nunca iriam obter a sua autonomia. Aí foi a nossa briga e, como não queriam resolver, fizemos uma marcha, uma mobilização em 2010. [...] Nós pedíamos a inclusão não pela quantidade de votos, mas pela qualidade dos povos. [...] Com a Lei Marco de Autonomia, foi se acentuando nosso desencontro com o governo.

ocorrência de casos relacionados ao desflorestamento enquanto um indicativo da expansão da fronteira agrícola no país.

Pedíamos respeito à Constituição. Então, aparece em 2011 o tema do TIPNIS [...]”(Entrevista de Lázaro Tacóo. La Paz, outubro/2012).

A passagem acima ilustra de maneira contundente uma mudança de imagem em relação à segunda administração Morales. Num primeiro momento, tal mudança é associada à governabilidade, ao processo decisório no Executivo que, se antes contava com a participação direta dos movimentos sociais, é paulatinamente substituído por um relativo insulamento do gabinete. Aqui, observamos a descaracterização da democracia participativa direta nos moldes estabelecidos nos primeiros anos de governo e que denotavam uma forma de governar em conjunto com os integrantes do Pacto de Unidade, os protagonistas do “proceso de cambio”. Como salientamos no capítulo anterior, a participação, a qual era primordialmente acompanhada da tomada de decisão, desloca-se para a consulta à base de apoio e seu papel fiscalizador, o que não se traduzirá necessariamente na intervenção direta destes atores sobre os rumos das políticas no país. Paralelamente, e complementando esta alteração, estão as alianças estabelecidas pelo governo junto à oposição e aos indígena-originários, camponeses e colonizadores, envolvendo temáticas conflitantes entre os dois grupos e entre os últimos. Aqui, começaremos pela tríade. Uma das questões tratadas na entrevista diz respeito às TCOs. Neste ponto, Tacóo refere-se ao fato de os integrantes não-comunários do Pacto de Unidade se mostrarem contrários à substituição do termo por “territórios indígenas”, uma vez que isto excluiria os camponeses e sua demanda por acesso à terra. As negociações na Constituinte resultaram, então, na criação dos Territórios Indígenas Originários Camponeses (TIOCs), procurando-se contemplar ambos os grupos. Dentro e fora da Constituinte, outros temas também eram motivo de preocupação, alguns envolvendo uma postura direta da cúpula governamental, como mencionamos no caso do TIPNIS, ou mesmo nos debates sobre a propriedade dos recursos naturais.

Contudo, na medida em que esta passa a posicionar-se de maneira declaradamente desfavorável aos clamores indígena-originários em questões que evocavam um campo de disputa com os aliados (não-comunários, e alguns não-indígenas), o cenário político adquire novos cores para os primeiros. Neste caso, simultaneamente ao encapsular do processo decisório no plano nacional, estabelecendo um *gap* entre o gabinete e os movimentos, fortalece-se a aliança com camponeses, colonizadores e cocaleiros, muitos destes vinculados

formalmente ao MAS. Os casos da Lei Eleitoral e da Lei Marco de Autonomias ilustram esta estratégia que, ademais, repercutirá nos “bons ofícios” com a oposição latifundiária e extrativista. Neste sentido, ao mesmo tempo em que a diminuição no número de representantes indígenas no Congresso permitia um contexto mais favorável à governabilidade, os requisitos para se alcançar as autonomias indígenas ratificavam este “acordo” posto que as elites agroextrativistas mantiveram, desde o momento em que a proposta é lançada, uma postura combativa a mesma. No caso da última normativa, devemos assinalar que seus dispositivos apresentam uma série de requisitos que terminam por restringir a realização das autonomias nas TIOCs.

Entre as barreiras encontradas, sobressaem-se não apenas aquelas relativas ao número de habitantes no interior dos territórios, algo contornado nas negociações, como também a necessidade de que estes sejam contíguos (característica que prejudica a maioria das TIOCs, uma vez que estas ocupam espaços desconexos), ou mesmo que estejam em consonância com os limites departamentais¹⁴⁴. Diante deste quadro, pautado igualmente por uma dificuldade organizacional nas terras baixas, muitos são os exemplos de exercício das autonomias indígenas em municípios, ao contrário do que se apresenta nas TIOCs. Aqui, ponderamos, ainda, que alcançar as autonomias nos territórios indígenas significaria uma restrição ainda mais severa à sua exploração por aqueles que se localizam fora da circunscrição territorial. O mesmo vale, então, para camponeses, colonizadores e cocaleiros, em busca da titulação de terras em meio à execução de uma reforma agrária, à escassez de terras férteis disponíveis e ao cansaço daquelas já cultivadas. Portanto, mesmo no caso dos últimos, que tiveram o reconhecimento pelo Estado da superfície ocupada pelo plantio de coca de 12 mil ha para 20 mil ha, o acesso à terra também será problemático¹⁴⁵.

A princípio, a implementação da reforma agrária teve seu foco nas terras baixas, através do saneamento de terras e titulação de diversas TIOCs. Incidia,

¹⁴⁴ De acordo com o art.29, inciso III da Ley Marco de Autonomías y Decentralización “Andrés Ibáñez”, “Os territórios indígena-originário- camponeses que transcendam limites departamentais poderão constituir autonomias indígena-originário-camponesas dentro dos limites de cada um dos departamentos, estabelecendo mancomunidades entre si, a fim de preservar sua unidade de gestão”. Sobre o assunto, ver também Albó e Romero (2009), “Autonomías Indígenas en la Realidad Boliviana y su Nueva Constitución”.

¹⁴⁵ Em relação às mudanças no âmbito estatal sobre o tema da coca e o combate ao narcotráfico, ver “Estrategia de Lucha Contra El Narcotráfico e Revalorización de la Hoja de Coca 2007-2010”. Conaltid, 2007.

sobretudo, na região amazônica e nos campos cruceños, estabelecendo um choque com as antigas elites. Estas atuaram não apenas na formulação de estatutos autônômicos “paralelos”, como mencionamos, mas também estiveram envolvidas na tentativa fracassada de golpe político¹⁴⁶. Desarticulado o golpe pela inteligência boliviana, estas elites foram paulatinamente desestruturadas e isoladas politicamente, ao que se soma, por exemplo, a destituição de alguns governadores, ou mesmo a sua prisão. Paralelamente, o MAS ampliava suas bases nas terras baixas, englobando alguns membros da União Juvenil Cruceñista¹⁴⁷. Estes acontecimentos que, a princípio, parecem paradoxais, são expressões de uma mesma estratégia política: o isolamento da oposição vai acompanhado de medidas que guardam a função de não acirrar os conflitos, neutralizando-a. Entre estas iniciativas, destacam-se não apenas aquelas mencionadas acima, como também a segurança jurídica do latifúndio produtivo anterior à promulgação da Constituição do Estado Plurinacional e, em especial, a desaceleração da reforma agrária a partir da segunda gestão (Urioste, 2011), formando uma aliança superficial e frágil com os empresários do agro. Devemos lembrar que muitos destes produtores são brasileiros, que adquiriram grandes extensões de terras em solo boliviano para o cultivo de soja, o que tornava fundamental esta manobra de forma a não tensionar as relações com o governo do país vizinho¹⁴⁸, em um cenário regional marcado por um projeto neodesenvolvimentista e que tem no Brasil seu grande promotor. Além disso, este país possui laços comerciais importantes para a Bolívia, com investimentos pela Petrobrás, e consiste no maior comprador do gás boliviano.

Desse modo, para se manter nas instituições do Estado, a nova elite governante busca anular suas contrapartes politicamente, ampliando sua base partidária na Meia Lua e costurando um ambiente que pressupunha a adequação da oposição ao novo cenário, resguardando-se também o empresariado brasileiro. A este processo associam-se, num primeiro momento, outras medidas que a legitimem junto aos aliados e procurem estabelecer um mínimo de consenso entre os mesmos: a idéia de co-governo, a reeleitura do Viver Bem e sua inclusão no

¹⁴⁶ Aqui, nos referimos ao “caso Rózca”, segundo o qual, de acordo com as autoridades policiais, um grupo de mercenários, liderados pelo húngaro-boliviano Eduardo Rózca Flores, teria como missão assassinar Evo Morales e o vice-presidente, Álvaro García Linera. O grupo foi desbaratado em 2009, com a invasão ao Hotel Las Américas, em Santa Cruz.

¹⁴⁷ Sobre a adesão de jovens pertencentes à União Cruceñista ao MAS e a ampliação da juventude masista no departamento, ver Núñez Reguerín et alli (Op. cit.).

PND, a titulação das TIOCs. No que tange a última iniciativa, se por um lado se contemplava os indígenas-originários comunários, por outro consistia numa maneira relativamente rápida de executar a reforma na medida em que, segundo Urioste (2011), grande parte do espaço ocupado pelos territórios indígenas era formada por terras fiscais. Todavia, à medida que a multiplicidade de demandas da base aliada constringe a nova elite, a mesma estratégia para se manter no poder será exercida em detrimento dos comunários. A titulação das TIOCs e a “aliança” com a elite das terras baixas, garantindo a propriedade numa região onde grande parte das aquisições de terras ocorreu irregularmente e paralisando a reforma agrária a partir de 2010, criaram um contexto de pressão por parte dos camponeses. Tal pressão traduziu-se em constrangimentos sobre os territórios indígenas¹⁴⁹, especialmente nas terras baixas, onde se concentram as TIOCS mais extensas, algumas com milhares de hectares. Este é o caso do TIPNIS, cujo título de propriedade da área, que corresponde a 1.091.656.9404 hectares, foi emitido pelo governo e entregue à Subcentral em 2009, mesmo ano em que é assinado o acordo de construção da estrada com a OAS e o BNDES¹⁵⁰.

Através de medidas e discurso contrários aos comunários assegura-se, então, o apoio de grande parte dos aliados (camponeses-colonizadores-cocaleiros) em meio à busca pelo encapsulamento do processo decisório e a “neutralização” das elites das terras baixas as quais, apesar de iniciativas favoráveis ao agrobusiness, buscarão capitalizar sempre que possível sobre o governo. Neste processo, simultaneamente à manutenção de uma retórica pró-indígena/originária, com a ênfase no Viver Bem, na particularidade deste ator, observamos a escalada do tensionamento com os mesmos, que, a partir do caso do TIPNIS, culminará na fragmentação do Pacto de Unidade com a decisão da CIDOB e do Conamaq de se retirarem desta aliança¹⁵¹. O fato de esta iniciativa ter sido formalizada quase dois anos após a VIII Marcha consiste num fator relevante pois, associada à reticência

¹⁴⁸ Sobre a delicada relação entre estes países e a questão dos agro-empresários brasileiros em Santa Cruz, ver Gimenez (2010).

¹⁴⁹ Entre as diversas reportagens sobre o assunto ver: “Campesinos quieren una ley que autorice asentamientos”, *La Razón*, 30/07/2011, e “CSUTCB: el censo servirá para contar indígenas en las TCOs y redistribuir las tierras”, *Erbol*, 23/08/2012.

¹⁵⁰ Sobre as TIOCs, ver Atlas Territorios Indígenas y Originarios en Bolivia. Com relação ao acordo entre a ABC, OAS, BNDES e o Ministério do Planejamento do Governo da Bolívia, ver Resolución 0300/2012 do Tribunal Constitucional da Bolívia.

¹⁵¹ Ver Resolución 01, de 18 de janeiro de 2013.

inicial dos habitantes do parque em se mobilizar e mesmo a possíveis desacordos entre os povos indígenas, parece refletir uma ruptura do diálogo após um processo de negociação que, embora polarizado, pautava-se inicialmente pela preservação do Pacto e sua aliança com o governo:

“Supostamente, o que o governo dizia é que esta estrada tem que unir Beni a Cochabamba. No início, por exemplo, entendeu-se muito bem que se tratava da união de um departamento com o outro. Mas, com o tempo e realizadas algumas pesquisas, percebemos que não era a união de um departamento com o outro, mas de um continente com outro continente [...] do Pacífico com o Atlântico. E, a partir daí, a Subcentral começou a escrever resoluções de que não concordava com a estrada, e as apresentava ao governo. Mas nunca fomos escutados. E, depois, com mais força, Evo começou a dizer, como nós tínhamos o nosso posicionamento como povo: `Aqui a estrada será feita, oponha-se quem quer que seja` [...] Apesar disso, [os habitantes do TIPNIS] continuavam resistindo de maneira pacífica, primeiro sem ameaçar a mobilização, uma aproximação com o governo...mas isso não ocorreu. E é assim que já em junho, maio de 2011 [...] o diretório da CIDOB vai a Trinidad e eu recomendo à diretiva [da Subcentral TIPNIS] que se reúna com o diretório da CIDOB e apresentem a demanda junto ao governo e que, se o governo não escutasse, deveríamos nos mobilizar [...] Tampouco nós podíamos entender que num governo indígena violem direitos indígenas, que num governo indígena, tenhamos que marchar exigindo respeito aos territórios, exigindo respeito aos indígenas, exigindo respeito à vida, exigindo respeito ao meio ambiente. E supostamente este governo indígena `protetor do meio ambiente`, supostamente este governo indígena `protetor dos direitos indígenas`, supostamente este governo indígena `respeitador das leis` convertendo-se em violador da Constituição, leis nacionais, tratados internacionais. Ou seja, era algo ridículo.” (Entrevista de Fernando Vargas. Santa Cruz de la Sierra, abril de 2013).

Esta reconfiguração do cenário boliviano tornou-se mais aparente, portanto, a partir do TIPNIS, na medida em que este evento político escancara e sacramenta o exercício de uma lógica colonial na sua forma mais crua que, com algumas exceções, mostra-se desprovida de qualquer sofisticação discursiva, especialmente se comparada à releitura do Suma Qamaña. Os acontecimentos que se desdobram com o Massacre de Chaparina refletem tal lógica, que será reproduzida não apenas pela elite governante como também pelos aliados ao governo Morales, espelhando uma relação assimétrica segundo a qual a questão racial/étnica é evocada para justificar os interesses econômicos e políticos. Ainda, relação na qual o racial/étnico é permeado por uma disputa cosmológica posto que um grupo procura impor uma visão de mundo específica ao outro, buscando incorporar-se num projeto governamental de Estado-nação moderno “progressista” apesar das mudanças formais estabelecidas no âmbito normativo-

institucional. Vejamos, então, como é enquadrada a gramática em torno do TIPNIS após o confronto de Chaparina.

4.3. A gramática em torno do TIPNIS II: a arte da conquista.

A repressão à VIII Marcha e a chegada de seus integrantes à sede administrativa do país com vistas a pressionar o Executivo tiveram como primeiro desdobramento a criação da Lei 180, que atribuía ao TIPNIS o caráter de intangível. Neste sentido, proibia-se não apenas as obras de construção da estrada como também a execução de qualquer projeto no parque, algo que foi enfatizado posteriormente pelo governo e que atingia diretamente as populações locais. A própria criação da normativa e o recurso à intangibilidade em si já demonstram um constrangimento em relação ao grupo que se opunha ao projeto governamental, e não está divorciada do contexto nacional, marcado pela execução de outros planos de exploração dos recursos naturais e, no caso em questão, às pressões daqueles favoráveis à estrada. Estes, organizados em grande medida no Conisur, mobilizaram-se igualmente até La Paz, fornecendo o apoio que justificasse a criação da Lei 222, a qual convocava a consulta “prévia”, seguindo-se a organização pela CIDOB da IX Marcha contra a normativa e a divisão no interior da Confederação, que culminará na criação da chamada “CIDOB paralela”. No desenrolar destes fatos, a transformação discursiva em relação aos grupos indígenas vinculados à organização regional e em resistência ao governo mostrou-se cada vez mais enfática: de um pedido de desculpa formal passou-se à retórica de convencimento e ao descrédito destes atores. Neste último caso, além da classificação observamos também a criminalização como mecanismo para estereotipar e minimizar o “outro” e que, através das figuras do “atrasado” e do “inimigo”, atualizam a gramática colonial racista evocada pela antiga elite.

Neste sentido, muitos foram os argumentos utilizados por integrantes do governo, entre estes o de que a estrada consistiria num plano de conexão interdepartamental, como aponta Vargas, idealizado em administrações anteriores. Esta versão é defendida por García Linera em “Geopolítica de la Amazonía”, lançada um ano após o Massacre de Chaparina e que condensa o discurso adotado pela administração Morales em relação ao caso. Aqui, o vice-presidente parece

assumir novamente o papel de interlocutor junto à sociedade e à intelectualidade estrangeira que se mostrou solidária ao processo de descolonização boliviano e crítica à postura governamental junto aos indígenas das terras baixas, algo a que aludimos no capítulo sobre o Suma Qamaña/Viver Bem. Isto porque não se trata de declarações à imprensa simplesmente, mas da elaboração de uma obra por meio da qual García Linera procura desconstruir a idéia de que a estrada serviria aos interesses do governo brasileiro, incluindo-se nos planos da IIRSA e, portanto, num projeto neodesenvolvimentista, adotado em diversos países da região. Utilizando-se da noção de “revolução/contrarrevolução”, Linera estabelece a base para sua exposição que, reivindicando também conceitos elaborados por tantos outros intelectuais que se inserem no pensamento marxista, tem como objetivo demonstrar que o caso do TIPNIS não se resume à construção da estrada. De fato, tal caso revela uma série de demandas e relações entre distintos atores políticos que assumem novo color durante a descolonização.

Linera salienta que a construção da estrada iria de encontro aos interesses da antiga elite, composta em grande medida por latifundiários e que, com a chega do MAS à Presidência, formando o “governo dos movimentos sociais”, e as mudanças promovidas a partir daquele momento, esta elite serve-se do TIPNIS para desacreditar o governo. Entretanto, a questão desenrola-se no argumento do vice-presidente de modo tal que as demandas históricas pleiteadas pelos indígenas das terras baixas, e colocadas em xeque pelo projeto governamental, são minimizadas: da legitimidade das questões reivindicadas por indígenas e camponeses enquanto sujeitos da revolução, o foco desloca-se para a manipulação da antiga elite em relação aos primeiros, enfatizando-se uma relação clientelista com as lideranças das terras baixas. Dessa maneira, a CIDOB e seus dirigentes refletiriam a luta pela manutenção de uma estrutura colonial, cujos mecanismos renovaram-se e encontraram nas organizações não-governamentais (ONGs) um agente relevante para mascarar interesses de outros governos, em especial, o norte-americano, os quais estariam estreitamente vinculados aos dos latifundiários:

“Uma modificação parcial desta situação de dominação despótica latifundiária foi produzida pelas ONGs, que conseguiram criar uma relação clientelista com os dirigentes indígenas, promovendo níveis de organização inter-regional, como as Regionais Indígenas ou a própria CIDOB. Mas na medida em que estes níveis de organização, com escasso contato com as bases indígenas amazônicas, funcionam

exclusivamente com financiamento externo (de ONGs), que paga o salário dos dirigentes, na verdade desenvolvem-se propriamente como ONGs que reproduzem mecanismos de cooptação clientelista e subordinação ideológica e política às agências de financiamento, a maior parte delas européias e norte-americanas, como é o caso da USAID” (2012, p.26)

Subjacente ao que o autor nomeia como “ambientalismo colonial”, praticado pelas ONGs, estariam as relações não apenas clientelistas como também ilegais entre os dirigentes e a elite, fazendo do TIPNIS um espaço diretamente inserido no capitalismo internacional e sua divisão, na qual a periferia assume posição de fornecedora de matéria-prima, a qual será industrializada pelo centro. O caso do TIPNIS repercutiria, assim, o colonialismo das elites locais, que historicamente se utilizaram da mão-de-obra indígena, reproduzindo relações assimétricas de poder atravessadas pela questão racial, e o colonialismo externo, em sua face neoliberal. Esta narrativa vincula-se a uma série de questões presentes no discurso sobre a descolonização neste período e guarda funções relevantes: através das irregularidades observadas no TIPNIS, mas que não necessariamente são características exclusivas deste território, justifica-se a intervenção do Estado, ente historicamente ausente, o que ocorreria por meio da construção da estrada, por exemplo. Ainda, ao estereotipar as ONGs como “a serviço do capital internacional e das elites locais”, homogeneizando-as, estabelece-se um vínculo com o neoliberalismo, tão prejudicial ao país, bandeira de resistência de diversos setores da sociedade boliviana, e que teve como uma de suas faces as empresas estrangeiras. Linera evoca, por conseguinte, o nacionalismo boliviano aludindo à luta que uniu atores distintos sob a ideia de descolonização e que angariou o apoio da intelectualidade que se debruçava sobre o tema no âmbito externo. Também, a ocorrência de irregularidades e a referência a um *gap* entre as organizações e as bases, algo relativamente comum entre os movimentos sociais, completam o contexto que possibilita não apenas o descrédito como também a criminalização dos dirigentes:

“Uma parte importante das TCO’s das terras baixas vende madeira de maneira ilegal às empresas madeireiras e a uma infinidade de cerrarias que existem no seu interior, tendo gerado uma subsunção mercantil destas Terras Comunitárias à atividade comercial extrativista, com a aplicação de diversos mecanismos de coação extra-econômica que reduzem os custos de compra e elevam o lucro empresarial. Uma parte importante dos dirigentes das marchas indígenas de 2011 e 2012, como Vargas e Fabricano, têm denúncias pela venda ilegal de madeira há anos, incluída a venda de madeira do próprio TIPINIS, considerado até pouco

tempo como o “pulmão do mundo”, um pulmão perfurado pela extração ilegal de madeira e couro, um pulmão com câncer devido à nicotina” (2012, p.35)

Ausente deste discurso está, por exemplo, a postura do governo de descumprir normativas internacionais e a Constituição do Estado Plurinacional ao não consultar os habitantes do Parque previamente à execução do projeto de infraestrutura. Ausente também está o histórico conflituoso das relações entre os habitantes do TIPNIS e as famílias cocaleiras que adentraram no Parque, excedendo a Linha Vermelha, e que é detalhadamente analisado em seu trabalho de 2006, lançado em conjunto com Orozco e Stefanoni. No livro de 2012, Linera procura rebater o imaginário de que o projeto consistiria numa “estrada para cocaleiros”, ao afirmar tratar-se de um discurso preconceituoso associado ao governo norte-americano e sem fundamento, já que as Federações de Coca teriam estabelecido um compromisso em respeitar a Linha Vermelha. Devemos lembrar que a dificuldade em manter tal compromisso revela-se como um dos principais motivos de tensão entre estes atores. Porém, muito presente na obra está a mudança de visão em direção aos indígenas das terras baixas, que de sujeitos da “revolução” ocupam a posição de “outro” deste processo, evidenciando uma estratégia discursiva que cuidadosamente enfatiza a figura dos dirigentes. Desse modo, busca-se manter os laços com os grupos indígenas da região simultaneamente à promoção do desprestígio e criminalização das lideranças e da organização regional, cuja relevância na resistência dos povos indígenas e para a descolonização é apontada em diversas obras, inclusive as que têm a participação do vice-presidente na autoria ou como compilador, algumas mencionadas por nós. Paralelamente, estes mecanismos da narrativa (classificação, desprestígio e criminalização) apontam para uma tentativa de desmobilização da resistência ao governo, a qual coloca em xeque as práticas coloniais exercidas pelo Executivo, em especial.

A mesma gramática utilizada em “Geopolítica de la Amazonía” será encontrada em maior ou menor medida em outros documentos, propagandas ou mesmo em declarações de políticos do MAS. Em “Qué se esconde detrás del TIPNIS”, a retórica governamental é reforçada através de um inventário das atividades desenvolvidas dentro do Parque e que, de acordo com o arquivo, refletiriam a corrupção e a exploração predatória de recursos naturais cujos lucros estariam concentrados nas mãos de dirigentes e empresários, além das ONGs, em

detrimento de seus habitantes. Neste trabalho apócrifo, obtido por nós no Consulado da Bolívia no Rio de Janeiro em julho de 2012, são apresentados ao longo de suas 200 páginas, aproximadamente, diversos documentos, entre estes: contratos e recibos de venda de madeira; o mapeamento de caminhos, trilhas e pistas de pouso clandestinas; o detalhamento de propriedades agropecuárias; a venda de couro de jacaré a empresas estrangeiras; contrato para a implementação de projeto voltado ao turismo ecológico, com concessão de 20 anos de uso para a pesca no rio Sécore e seus tributários, e mensagem eletrônica detalhando o pacote turístico oferecido aos clientes; recibos e documentos do governo departamental de Beni sobre o suposto investimento de cerca de 9 milhões de bolivianos destinados para a manutenção da estrada San Ignacio de Moxos-Santísima Trinidad entre os anos de 1999 e 2007; solicitações de dirigentes vinculados à Subcentral TIPNIS e à Subcentral Sécore ao departamento de Beni entre 2006 e 2008 para a implementação de projetos, os quais não teriam sido executados apesar dos valores recebidos. Ainda, menciona-se a proliferação de ONGs nacionais e internacionais no TIPNIS, classificadas como partes de um “ambientalismo imperial”, com foco na USAID.

A esta exaustiva lista, na qual figuram igualmente fotocópias de cheques e de cédulas de identidade dos dirigentes, somam-se tantos outros documentos sobre acordos estabelecidos entre a CIDOB e a elite política da Meia Lua, além daqueles atribuídos a cada dirigente presente na VII e IX Marchas, entre estes os autos de um processo da Justiça brasileira. Ademais, esta parte da compilação contém a transcrição de uma conversa telefônica que atesta o apoio financeiro de outros membros da oposição para a realização deste último protesto. Por meio desta investigação minuciosa, busca-se ratificar o argumento presente na obra de Linera e atestar sua veracidade na medida em que os documentos são apresentados como “provas documentadas”, todas enumeradas e autenticadas. Paralelamente, promove-se a criminalização e a difamação das principais lideranças indígenas contrárias ao governo, identificando-as uma a uma e apontando seu envolvimento em crimes ou em alianças formais e informais com políticos que, contrários ao governo, teriam assim interesse em desmoralizá-lo. Complementando a exposição dos documentos, observamos também a utilização deliberada de expressões categóricas, como: “Adolfo Chávez, Pedro Nuni, Fernando Vargas se vendem ao governo de Santa Cruz”, “Ex-dirigente do

Conamaq, peão político da Embaixada dos Estados Unidos”, referindo-se a Rafael Quispe, Marcial Fabricano “Antigo vice-ministro de Gonzalo Sánchez de Lozada”, “Nelly Romero López, ex-candidata pela NFR (Nova Força Republicana) e aliada do prófugo da Justiça Manfred Reyes Villa”. Sobre Fernando Vargas: “Na década de 90, traficou madeira localizada no coração do TIPNIS. Vendeu 100 árvores [...] sem a autorização das comunidades” (2012, p.186).

Ainda, aludindo à aproximação entre as lideranças das terras baixas e a oposição cruceña, lê-se: “Os separatistas e racistas subjugam novamente os dirigentes indígenas”. Esta última frase nos parece reveladora, pois paralelamente à tentativa de criminalização por meio de uma documentação e de uma gramática que atribui aos dirigentes um caráter ativo nos casos de corrupção, reproduz-se também a estrutura discursiva preconceituosa utilizada pela própria elite cruceña. Na medida em que se enfatiza a dominação por parte da oposição, em meio ao silêncio sobre as negativas do governo e sua postura autoritária no que tange a estrada, ou mesmo em relação a outros projetos e que irão conferir uma mudança de imagem entre as administrações Morales, a declaração acima atua de maneira dupla. Por um lado, promove a descontextualização das alianças tecidas ao circunscrevê-las a meras manobras políticas da elite latifundiária e à cooptação das lideranças. Como já discutimos, a tentativa da oposição de capitalizar sobre o caso do TIPNIS não está divorciada de um ambiente político complexo, no qual diversos fatores devem ser considerados: as relações entre a base aliada e sua fragmentação, a desarticulação da elite da Meia Lua, as relações bilaterais, o isolamento dos comunários resistentes ao projeto governamental para a Bolívia. Por outro lado, ao sugerir a manipulação dos dirigentes, retira-lhes não somente a agência, amplamente difundida para criminalizá-los e difamá-los, mas ao fazê-lo, minimiza-se sua capacidade de avaliação para as questões políticas, algo muito próximo da idéia de que os indígenas “não possuem discernimento”. Assim, as lideranças consistem em atores que, movidos por interesses egoístas, particulares, cometem irregularidades e, simultaneamente (e pelos mesmos motivos), consistem em “juguetes” ao envolverem-se em alianças com a antiga elite.

Este ponto reflete o argumento central defendido pela administração Morales e que é desenvolvido mediante a tergiversação dos fatos ocorridos e das escolhas políticas colocadas em prática pela cúpula governamental. Nesta

estratégia discursiva, subtraem-se também a aproximação com a elite política e econômica cruceña, por exemplo, assim como a decadência do exercício do que poderia ser um co-governo, tanto no Executivo quanto no Legislativo, e o isolamento dos comunários ao longo do processo pós-Constituinte. Paralelamente, salienta-se o histórico colonial-racista e explorador promovido por esta antiga elite nas instituições do poder e todo o seu esforço por derrocar a “revolução”, a mudança, na tentativa de se manter o colonialismo interno. Mas, principalmente, silencia-se qualquer menção ao Massacre de Chaparina, evento que traz à tona a permanência dos métodos de violência os quais, utilizados de forma reiterada contra indígenas (e demais povos dominados durante o período colonial), reinventam-se ao longo da formação e existência do Estado-nação. E, uma vez associado à gramática de classificação, criminalização, desprestígio e difamação, este episódio nos revela uma economia da violência que extrapola sua forma física, consistindo no que Shapiro (1997) entende como uma “violência discursiva”. Contudo, ao contrário da obliteração do indígena observada pelo autor, ou mesmo de seu congelamento nos museus ou na retórica do “bom selvagem”, aqui sua presença será reivindicada com vistas a sua depreciação. Vejamos, então, como a mobilização em torno do TIPNIS é retratada por García Linera:

“A rota trágica da história se desenvolve de tal maneira que a contra-revolução pode vir da mão de uma facção de seus próprios construtores que, sem necessariamente se proporem a isto, como consequência da exacerbação de seu particularismo corporativo, regional ou setorial, e ao não considerar o desdobrar geral das correlações de forças sociais totais a nível nacional e internacional, acabam defendendo os interesses das forças conservadoras da direita e terminam debilitando seu próprio processo revolucionário. Isto é justamente o que vem ocorrendo com a denominada “marcha do TIPNIS””. (2012, p.14)

Outro fator obliterado da narrativa governamental sobre a aproximação entre os grupos indígenas e a antiga elite refere-se ao pragmatismo dos primeiros, refletido não apenas nas alianças a partir do conflito do TIPNIS, mas no histórico das relações entre ambos. Neste sentido, para além de interesses corporativos, a criação da Secretaria Indígena pelo governo de Santa Cruz, assim como o Acordo Marco entre esta instância e a CIDOB para a planificação e execução de projetos que beneficiem os grupos indígenas, respondem, por um lado, à busca da elite cruceña por aliados em meio a seu isolamento. O mesmo vale para a CIDOB e

para deputados indígenas que, contrários ao projeto do Executivo, buscaram alianças com a antiga elite. Contudo, uma análise mais holística nos revela que, em outros momentos, a aproximação entre estes atores sucedeu por motivos distintos, especialmente no que tange o TIPNIS. Neste caso, Orozco et alli ressaltam que, por vezes, os dirigentes contrários à expansão cocaleira aliaram-se à elite de Beni, historicamente combativa aos indígenas, evocando um vocabulário regionalista. Por isso, o emprego da palavra *colla*, mencionado anteriormente. E mesmo se retomarmos a questão no âmbito regional mais amplo, observamos que ao longo da Assembléia Constituinte os indígenas das terras baixas posicionaram-se favoráveis à autonomia departamental, questionando a divisão dos recursos entre o Ocidente e o Oriente boliviano, entre a parte *kolla* e a *camba*.

A mesma lógica subjacente ao argumento de Linera – e reproduzida no documento apócrifo – é evocada em propagandas¹⁵² e por atores diversos que, sejam membros do MAS ou da base aliada, apontam para as mazelas do TIPNIS e para a construção da estrada como sinônimo de desenvolvimento. Ainda, evocam a idéia de que os indígenas contrários às práticas governamentais, outrora sujeitos do “proceso de cambio”, teriam se tornado “inimigos” deste. Assim, durante a mobilização da base aliada em La Paz, organizada em apoio ao governo e contrapondo-se à IX Marcha, o então dirigente da CSUTCB, Rodolfo Machaca, afirmava: “Não vamos permitir que atentem contra o processo de mudança do irmão Evo” (ALIAGA, La Razón, 27/06/2012). Porém, outras declarações expressarão de maneira mais assertiva a permanência da lógica colonial-racista, frequentemente associada à elite latifundiário-mestiça e replicada não só pela nova elite governante, mas sobretudo por integrantes das organizações aliadas, compostas pelos sujeitos da descolonização. Desse modo, ao se referir aos benefícios da estrada entre San Ignacio de Moxos-Villa Tunari, e contrapondo-se ao enquadramento ambiental-conservacionista do tema, o secretário executivo da CSUTCB, Roberto Coraite, afirma que:

“Deve-se diferenciar o que dá mais benefício aos nossos irmãos do território (indígena), a estrada ou se manter na clandestinidade, manter-se como indigentes, mantê-los como selvagens. Qual é o mais importante? Eu acho que essas diferenças devem ser admitidas, se a estrada (for construída) vai chegar possivelmente educação de maneira imediata, se a estrada (for construída) vai

¹⁵²Ver “TIPNIS, un paraíso lleno de necesidades. Por el derecho de los pueblos indígenas a decidir”. Ministerio de Comunicación, Estado Plurinacional de Bolivia. Junio, 2012.

chegar assistência médica” (“El diálogo se estanca en San Borja”, La Razón, 07/09/2011).

E

“O território não é virgem, portanto não falemos de que queremos conservar quando nossos irmãos mesmos o entregaram de presente, os grandes empresários abusaram da confiança ou da ignorância de nossos irmãos pagando migalhas ou míseros centavos para compensá-los e com isso se aproveitar dos seus recursos naturais” (“Dirigente de la CSUTCB: "Los indígenas tienen que aceptar la carretera para que no vivan más como salvajes"”, Eju.tv, 6/09/2011).

Os trechos em tela evidenciam a perenidade da lógica colonial racista por meio de um vocabulário que alude diretamente a noções amplamente presentes e que em si constituem a base do discurso reproduzido pela antiga elite. Neste sentido, palavras como “selvagens”, ou mesmo a percepção de que os grupos indígenas das terras baixas seriam ignorantes, reforçam o *gap* construído desde a colônia e reiterado ao longo da república, principalmente, pela elite em relação ao resto da população, composta majoritariamente por indígenas. Neste sentido, expõem uma superioridade que, ao ser “colada” à hierarquia racial, constituindo o substrato da dominação colonial, como nos lembra Memmi, será introjetada pelos membros desta experiência e que, no caso dos países latino-americanos, guardará um vínculo estreito com a formação da *Historia Patria*. Como analisa Earle, a criação de uma história que exaltasse os novos Estados revelou-se crucial enquanto uma tentativa para aproximá-los dos europeus, ao que recorriam a noção de “civilização”. Assim, ao salientar um passado glorioso composto por grandes civilizações pré-colombianas, o que no caso da América do Sul era associado frequentemente ao Império Inca, a *Historia Patria* tinha como objetivo catapultar estes Estados temporalmente no sistema, seguindo uma estrutura de pensamento linear, simultaneamente à formação de um imaginário nacional, como salientamos em nosso debate teórico. Desse modo, ao atentarmos para a idéia de introjeção, observada por Rivera, Nandy, entre outros autores, e ao considerarmos a perspectiva histórica e os choques de interesses e disputas por poder no cenário atual boliviano, entendemos que a reprodução da lógica colonial-racista por integrantes do Pacto de Unidade não ocorre impunemente e não se detém aos membros da CSUTCB.

Este último ponto necessita algumas ponderações. Já abordamos o posicionamento desta organização sindical quanto à questão do acesso à terra,

algo que se assevera com o TIPNIS e que será observado, por exemplo, em tantas outras declarações, entre estas as que pleiteiam uma nova lei no agro e a revisão do Convênio 169 da OIT¹⁵³, o instrumento jurídico internacional mais relevante até o momento sobre os direitos dos povos indígenas. Neste sentido, a CSUTCB adota um posicionamento mais assertivo se comparada aos demais membros do Pacto, algo que também reflete sua busca para sobressair-se na vanguarda do processo de descolonização. Para isso, a organização terá na manutenção de seu apoio ao governo um instrumento de barganha, que será utilizado inclusive contra qualquer iniciativa do Executivo de minimizá-la¹⁵⁴, demonstrando o difícil equilíbrio na aliança governamental. É neste quadro, portanto, que emergem noções que reproduzem a diferença colonial e que serão evocadas igualmente por comunários do altiplano favoráveis ao governo, evidenciando uma cisão que culminará na divisão do Conamaq e da formação de sua “paralela”. Assim, Carmelo Titirico, um dos mallkus daquela organização, salientava sobre os habitantes do TIPNIS: “Os indígenas não têm colégio, não têm acesso à saúde, não têm nada, por essa razão nós apoiamos que a estrada entre pela serra, e queremos que eles vivam como nós no século XXI” (“Indígenas demandan enjuiciar a Coraite por discriminación”, Página Siete, 08/09/2011).

Mas se as declarações acima frisam a permanência da face racista-temporal da lógica colonial e a “outrificação” direcionada aos indígenas das terras baixas, marcando a fronteira interna entre os próprios subjugados, aqui ressaltamos, ademais, a existência de uma segunda face, que pouco aparece explicitamente nestes desdobramentos do TIPNIS: o machismo. Embora a dimensão de gênero tenha sido minimizada por grande parte das análises que versam sobre o mundo colonial se comparada à racial, isso não significa que a primeira não tenha sido relevante para o exercício da assimetria de poder. Neste sentido, Dussel (1993) nos lembra que a colonização envolveu, entre seus múltiplos aspectos, a formação de um “ego fálico” através da dominação sexual do colonizador sobre a colonizada e que, fosse através do estupro ou como um oferecimento dos caciques aos forasteiros, marcava-se o início de um desordenar da vida. Para a mulher, este processo significaria sua coisificação, sua

¹⁵³ Sobre estas questões, ver “El campesinado se arroga la conquista del poder” (La Razón, 03/08/2011) e “La CIDOB da plazo al Gobierno hasta el 21” (La Prensa, 11/11/2011).

¹⁵⁴ Ver “CSUTCB amenaza con dejar la Conalcam y desafía Morales” (La Razón, 30/09/2010).

transformação em objeto de intervenção e de “troca” para o estabelecimento de alianças que sustentariam o sistema colonial por séculos e que contribuíram para manter a instituição do *cacicazgo*.

Ainda, se a coisificação atingia grande parte das populações indígenas, no caso das mulheres este processo contribuiu para marginalizá-la do processo decisório, algo que lhes era garantido nas instituições de muitos grupos indígenas do continente americano antes da conquista européia. No caso dos Andes, alguns espelhavam, inclusive, um sistema matriarcal previamente à conquista inca, ao que se seguiu a ocupação dos cargos de autoridade pelo par *chacha-warmi*. Esta última característica, citada por Rivera (2010), mostra-se ainda presente e foi retomada por muitos grupos comunários ao longo do processo de reconstituição dos *ayllus* e suas instituições. Desse modo, de “atriz” no processo, à mulher indígena coube a sua equiparação a um animal, algo que também atingirá ao homem colonizado e que permanecerá no vocabulário da sociedade, inclusive no de outras mulheres subalternas. Esta questão foi evidenciada, por exemplo, quando de nossa análise sobre a relação entre colonizadores/colonos e indígenas, o que demonstra igualmente a idéia de introjeção deste aspecto machista presente na lógica colonial. Ademais, o domínio sexual sobre ela, a penetração sobre seu corpo simbolizará a conquista do território, fenômeno que, atualizado, será observado entre as estratégias de incursão e permanência em regiões ocupadas por indígenas. A declaração de Morales em torno do TIPNIS ilustra bem este ponto:

“Se eu tivesse tempo, iria seduzir as companheiras yuracarés e convencê-las a não se oporem; de modo que, jovens, vocês têm as instruções do Presidente para conquistar as companheiras yuracarés, trinitárias, para que não se oponham à construção da estrada. Aprovado?” (URIONA, Los Tiempos, 05/08/2011)

A fala de Morales reflete um dos mecanismos adotados pelos colonizadores/colonos nas terras baixas, como asseveramos anteriormente no depoimento de Fischermann, no qual a “arte da conquista” desempenha um papel fundamental neste quadro mais amplo de dominação. No caso boliviano e seu histórico colonial, este quadro revelará as múltiplas dimensões de um processo, as quais se reforçam e se complementam: colonização do espaço, do tempo, dos corpos e, em última instância, de modos de vida. Ainda, evidencia outros fatores negligenciados dentro da própria literatura feminista e mesmo pela sua faceta pós-estruturalista, que se atribui uma postura mais crítica: a relação co-constitutiva

entre machismo e racismo que, guardadas as devidas particularidades, emerge com força a partir dos questionamentos das feministas negras norte-americanas, como Angela Davis (2005), e das pós-coloniais, como Shiva (1988). No primeiro caso, ao analisar a sociedade escravocrata norte-americana, Davis ressalta como a coisificação da mulher negra e sua animalização pelo escravocrata incidiam de maneira crucial, junto a outros mecanismos, para a manutenção do sistema de dominação e desigualdade entre brancos e negros.

Já na leitura de Shiva, por exemplo, racismo e machismo emergirão como o par que embasará a dominação das sociedades coloniais, inserindo-se num discurso que, ao feminilizar o “outro”, atribuindo-lhes características entendidas como essencialmente femininas (passividade, irracionalidade, emotividade, fraqueza, desordem), formam o arcabouço discursivo que buscará legitimar a colonização ao longo dos séculos XVIII e XIX. Lembremos que, assim como no racismo, o machismo também se constrói por meio do apelo ao natural, ao biológico, como um mecanismo de legitimação que conferiria ao discurso um caráter de verdade absoluta e inquestionável. Neste sentido, ao centrar-se na constituição do sexo da mulher e sua inferiorização, este discurso estabelece uma sobreposição entre o social e o biológico, convertendo-os em equivalentes, e tendo como seu desdobramento a autoafirmação masculina¹⁵⁵. De todos os modos, seja no papel da escrava negra ou indígena colonizada, a mulher é “congelada” como objeto de intervenção e de posse, retirando-lhe a agência, a qual é “naturalmente” associada ao homem.

Ao considerarmos a gramática discursiva no que tange o cenário boliviano, enquadrando-a no momento de mudança associado a fins do século XX e início do XXI, observamos a perenidade não apenas da “economia de estereótipos” apontada acima, como também a de práticas que se remetem à Conquista propriamente dita e que foram renovadas e atualizadas. Neste sentido, a declaração do presidente do Estado Plurinacional não poderia ser mais sintomática na medida em que desvela mais um aspecto de uma série de contradições inerentes ao processo descolonizador, a tensão entre a mudança e a permanência de formas de se pensar, interpretar e atuar no mundo, a sobreposição entre o

¹⁵⁵ Sobre o assunto, ver Beauvoir (1975), “O Segundo Sexo II: a experiência vivida” e Woolf (1928), “Um teto todo seu”.

racial, o econômico, e a questão de gênero que, permeadas pelas assimetrias de poder, cruzam e transbordam as diferenças cosmológicas. Dessa maneira, traz à tona uma questão relativamente obliterada das análises sobre descolonização, especificamente sobre os desdobramentos em torno do TIPNIS, e que, não obstante, consiste numa outra forma de se demonstrar os processos que subjazem ao fenômeno que se convencionou apontar como colonialismo interno.

4.4. Conclusão

A partir da análise desenvolvida ao longo destas páginas, procuramos salientar a tensão entre colonização e descolonização, tensão esta que tornará evidente a permanência do colonialismo interno e sua renovação, principalmente a partir da segunda gestão Morales, mas que não se limita a este momento, como vimos no capítulo anterior ao analisarmos o PND. No que tange os eventos em torno do TIPNIS e seus desdobramentos, observamos, por um lado, a reprodução da violência da parte da nova elite nas instituições do poder. Neste sentido, à face escancarada desta violência demonstrada por meio da repressão à VIII Marcha associa-se seu enquadramento discursivo, o qual promove uma atualização do vocabulário racista colonial utilizado pela antiga elite. Ao longo deste processo, a classificação virá acompanhada dos mecanismos de criminalização e difamação/desprestígio dos grupos indígenas contrários ao projeto governamental em um contexto cada vez mais polarizado e que favorecerá um re-acionar da “economia de estereótipos”. Neste contexto, cruzado pela questão racial/étnica, política, econômica, e de gênero, e inserido num processo regional mais amplo, a sociedade boliviana experimentará as idas e vindas da descolonização e o desencontro entre visões de país e de modos de vida distintos. Seguindo a lógica da disputa, temos então um conflito que, permeado por atores diversos e de posições sociais distintas, espelhará as relações de poder assimétricas e a noção de que a vitória de um requer o aniquilamento do outro, mesmo que este outro tenha vigorado entre a “vanguarda do *proceso de cambio*”.

Entretanto, aqui este embate ocorrerá não apenas entre a nova elite e seus opositores “tradicionais” (a saber, a antiga elite), como também no seio da própria base aliada, destampando conflitos latentes marcados por interesses e identidades distintas e que, num cenário de exclusão e segregação, respondem ora tensionando

entre si, ora aliando-se contra a antiga elite. Na medida em que logram capturar as instituições do poder e que os rearranjos políticos debilitam esta antiga elite, emergem demandas contrapostas e que parecem ser acirradas conforme as iniciativas governamentais parecem favorecer um grupo em detrimento de outro. A estas pressões, e para manter o difícil equilíbrio da base aliada além da neutralização das elites do Oriente, o governo optará não pela negociação, mas por priorizar aqueles que compõem a maioria dos aliados a despeito dos demais. Ainda, devemos considerar a manutenção das relações com o vizinho, cujo lobby em favor dos brasileiros latifundiários de Santa Cruz fez-se bastante presente ao longo da administração Lula e cujo projeto neodesenvolvimentista foi adotado pelo entorno, como destacamos no capítulo anterior. Aqui, a estrada pelo TIPNIS simbolizará a adequação boliviana a tal projeto e que, independente de seu possível contorno bi-oceânico, estará vinculada à exploração de hidrocarbonetos, à expansão dos cultivos de coca. Não impunemente, no mesmo mês em que o Tribunal Supremo Eleitoral divulgava o resultado final da consulta “prévia”, García Linera anunciava a decisão do governo de iniciar atividades hidrocarbúricas em parques nacionais¹⁵⁶.

Por último, entendemos que o caso do TIPNIS espelha a consolidação de um encapsular da cúpula governante, do Executivo, simultaneamente à manutenção de práticas empreendidas pelos antigos partidos, como o clientelismo e o assistencialismo¹⁵⁷, em meio a uma nova centralização do poder e o controle das instituições, de modo que a participação nas mesmas estaria condicionada à vinculação do ator, seja de modo direto ou indireto, ao partido. Sobre isto, Tapia afirma que

“[...] esta grande onda tem um componente ou um momento em que a estrutura partidária funciona como estrutura de inclusão, mas como uma estrutura de inclusão seletiva e de inclusão subordinada, pelo modo como foi processada. Muitos dizem que uma das grandes mudanças da época consiste no fato de aymaras, quéchuas e trabalhadores diversos estarem hoje ocupando cargos de autoridade no estado. Efetivamente, trata-se de uma grande mudança, mas isso não está ligado a uma ampliação dos espaços públicos de participação da maior

¹⁵⁶ Ver “YPFB explotará petróleo y gas natural en las áreas protegidas”, La Razón, 26/05/2013.

¹⁵⁷ As medidas assistencialistas foram amplamente adotadas pelo governo em direção às comunidades indígenas habitantes do Parque, especialmente no período prévio à realização da consulta às mesmas sobre a aceitação ou rejeição à construção da estrada. Sobre isto, ver: “Gobierno lleva bono Juana Azurduy, purificadores de agua y anuncia construcción de viviendas en el TIPNIS”, La Razón, 25/12/2012; “Gobierno da sistema eléctrico en el TIPNIS”, La Razón, 28/01/2013.

parte dos trabalhadores, que seguem aliados da estrutura estatal” (2011, p.159-160).

Neste contexto, os argumentos governamentais direcionados aos grupos indígenas críticos à gestão Morales serão abraçados pelo restante dos membros do Pacto de Unidade, principalmente pela CSUTCB, cujos dirigentes por vezes emitirão declarações de cunho racista-colonial de maneira mais aberta que o próprio governo. Tais declarações evidenciam uma lógica que, não obstante, mostrava-se presente entre os mesmos e que aflora para além dos conflitos locais na medida em que o caso do TIPNIS atinge proporções nacionais. Neste sentido, colocam em xeque a noção que restringe o colonialismo interno à ação das elites no poder, aproximando-se relativamente da noção postulada por Fanon de que a lógica e a diferença colonial podem ser desempenhadas pelas próprias forças indígenas colonizadas. Ainda, questiona-se a preponderância do fator econômico, presente em trabalhos como o de Casanova. Isto porque, embora este ponto atravesse o conflito, a análise discursiva sobre o mesmo nos mostra como a dimensão racial/étnica, que consistiu na base para a empresa colonial, justificando as relações assimétricas e a dominação de um sobre o outro, será evocada pelas lideranças camponesas para legitimar o projeto governamental agro-extrativista e, ao fazê-lo, procurar assegurar o acesso à terra. Ou ainda, no caso de alguns comunários, para buscar manter-se próximos ao governo, e mesmo defender o processo de mudança capturado pelo MAS. De todos os modos, esta face estrutural das relações coloniais mostrar-se-á presente mais do que nunca, articulando-se ao econômico.

O caráter racista presente nos discursos dos aliados ratifica, assim, a relevância desta dimensão para a análise das práticas de colonialismo interno, a qual não se dissipa com a mudança de governo e a redação de uma nova Carta Constitucional que ateste a plurinacionalidade do Estado e, por conseguinte, a autonomia dos povos indígenas e originários. E, a respeito das autonomias, é preciso ressaltarmos que sua implementação abrange muito mais do que uma alternativa ao sistema capitalista global. Se bem a privatização e mercantilização dos territórios indígenas significam o avanço do capitalismo destes espaços, este processo significa também o avanço de uma determinada visão de mundo. Por isso, as autonomias traduzem a possibilidade de existência de outros modos de vida, a luta e sobrevivência de distintas cosmologias que, no caso do TIPNIS,

enfrentarão não apenas indígenas ao Estado, mas implicarão um conflito interno aos próprios indígena-originários e que repercutirá nos rumos do movimento internacionalmente. Assim, durante a reunião da diretiva da Coica, realizada em Santa Cruz de la Sierra em abril de 2013, a organização emite uma resolução sobre os direitos destes atores na Bolívia, reiterando que:

“[...] o destino da Bolívia é da máxima importância para a Coica e os povos indígenas do mundo. Lembrar sempre que a construção do Estado Plurinacional e do Viver Bem foi iniciada pela luta dos povos indígenas na Bolívia, assim como foi a I Marcha pelo Território e a Dignidade da CIDOB de 1991. A efetiva e não aparente descolonialidade do poder nunca dependerá do que faça ou não um partido e governo passageiro, e sim do respeito e “mandar obedecendo” às decisões dos povos e movimentos sociais”. (Resolución sobre los derechos de los pueblos indígenas en Bolivia, Coica, 02/04/2013).

Também, foi publicada outra resolução com o objetivo de criticar e denunciar a vulneração dos direitos indígenas pelos Estados e empresas através da construção de megaprojetos vinculado à IIRSA, à União Sul-Americana de Nações (Unasul), e financiados pelo BNDES, os quais provocam a desestruturação das comunidades originárias¹⁵⁸. Desse modo, entre os vários desdobramentos de um conflito eminentemente local, estes documentos sinalizam para a transposição do mesmo. Ainda, ressaltam para o fato de que é preciso atentarmos para a permanência da lógica colonial-racista, presente não apenas na interação Estado-sociedade como também nas dinâmicas mais basilares do evento, sua complexidade, o que requer, paralelamente, um movimento contrário: o olhar para o local.

¹⁵⁸ Ver “Resolución sobre IIRSA, BNDES y Megaproyectos Amazónicos”, Coica, 02/04/2013.